



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**EDITAL DE LICITAÇÃO  
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0.737/2026  
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 020/2026  
TIPO: MENOR PREÇO GLOBAL**

**1. PREÂMBULO**

Torna-se público, para conhecimento dos interessados, que o Município de Porto Seguro, por meio da **SECRETARIA MUNICIPAL DE SEGURANÇA, CONCESSÕES, MOBILIDADE, ORDEM PÚBLICA E DEFESA CIVIL**, neste ato representado pelo **Secretário Sr. DENISSON MATOS ROCHA**, realizará licitação, na modalidade PREGÃO, na forma ELETRÔNICA, com critério de julgamento **MENOR PREÇO GLOBAL**, nos termos da Lei nº 14.133/2021, de 1º de abril de 2021, da Lei Complementar nº 123/06, do Decreto Municipal nº 15.263/23, e demais legislação aplicável, aplicando-se, subsidiariamente, as exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos. O Pregão, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através de Sistema próprio, na Forma Eletrônica (licitações) da LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br/>). Os trabalhos serão conduzidos por Servidor da Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA, denominado pregoeiro, a **Sra. Sirleide Santos de Cerqueira (Decreto Nº16.953/26)**, auxiliado pela equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos a página eletrônica LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br/>).

**Data da sessão: 07/07/2026**

**Horário: 09h30min**

**1.2. DO REGISTRO DE PREÇOS**

**1.2.1.** A presente licitação será processada na modalidade Pregão Eletrônico, sob o regime de Sistema de Registro de Preços (SRP), nos termos do art. 82 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislações aplicáveis.

**1.2.2.** A contratação decorrente do presente certame será formalizada mediante Ata de Registro de Preços, que terá validade de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei n. 14.133/2021.

**1.2.3.** No caso de prorrogação da vigência da Ata, o quantitativo inicialmente registrado poderá ser renovado, conforme entendimento extraído do Parecer n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

**1.2.4.** A ATA oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

**1.2.5.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a firmar as contratações que deles poderão advir, ficando-lhe facultada a utilização da ata de registro de preços, conforme sua conveniência e oportunidade, nos termos do art. 83 da Lei nº 14.133/2021.

**1.2.6.** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços anexo deste edital.

**2. DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**2.1.** O Pregão SRP, na forma Eletrônica será realizado em sessão pública, por meio da INTERNET, mediante condições de segurança - criptografia e autenticação - em todas as suas fases através de Sistema próprio da plataforma LICITANET (<https://portal.licitanet.com.br/>), de acordo com o determinado pelo art. 6º, inciso XLI; art. 28, inciso I; art. 29, parágrafo único; todos da Lei nº 14.133/2021.

**2.1.1.** Na hipótese de decretação de feriado ou outro fato superveniente que impeça a realização desta licitação na data mencionada no subitem anterior, o evento será automaticamente transferido para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário, independentemente de nova comunicação.

**2.2** Os trabalhos serão conduzidos por servidor da Prefeitura Municipal de Porto Seguro/BA, denominado Pregoeiro(a), o(a) Sr(a). Sirleide Santos de Cerqueira, matrícula nº 43.192, ou por seu suplente, auxiliado pela Equipe de Apoio, mediante a inserção e monitoramento de dados gerados ou transferidos a página eletrônica **LICITANET: <https://portal.licitanet.com.br/>**, observados os procedimentos estabelecidos no manual técnico operacional disponíveis.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**2.3** O critério de julgamento adotado será o **menor preço GLOBAL**, nos termos do art. 6º, inciso XLI, da Lei nº 14.133/2021, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações técnicas do objeto.

**2.4** A licitação será realizada de acordo com as regras específicas para o regime de execução por empreitada por preço unitário, nos termos do art. 46, inciso I da Lei nº 14.133/2021, aplicado por analogia.

### **3. DO OBJETO**

**3.1.** Registro de preços para Contratação **de empresa especializada para a execução de SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DA SINALIZAÇÃO VIÁRIA HORIZONTAL E VERTICAL DAS VIAS PÚBLICAS do Município de Porto Seguro/BA**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

**3.2.** Integram-se ao presente edital as demais cláusulas constantes em seus anexos, sem a necessidade de transcrevê-las.

### **4. DA PARTICIPAÇÃO NO PREGÃO**

**4.1.** Poderão participar deste Pregão os interessados cujo ramo de atividade seja compatível com o objeto desta licitação, e que estiveram previamente cadastrados na plataforma LICITANET: <https://portal.licitanet.com.br/>.

**4.2** Para participação na licitação, os interessados deverão credenciar-se diretamente na plataforma indicada no item subsequente, até o horário fixado neste Edital para apresentação da proposta e início da sessão.

**4.3** Qualquer dúvida em relação ao acesso no sistema operacional deverá ser esclarecida através da na plataforma LICITANET: <https://portal.licitanet.com.br/>.

**4.4** O licitante responsabiliza-se exclusiva e formalmente pelas transações efetuadas em seu nome, assume como firmes e verdadeiras suas propostas e seus lances, inclusive os atos praticados diretamente ou por seu representante, excluindo a responsabilidade do provedor do sistema ou do órgão ou entidade promotora da licitação por eventuais danos decorrentes de uso indevido das credenciais de acesso, ainda que por terceiros.

**4.5** A não observância do disposto no subitem anterior poderá ensejar desclassificação no momento da habilitação.

**4.6** É de responsabilidade do licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante o processo licitatório e responsabilizar-se pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**4.7** Comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

**4.8** Utilizar a chave de identificação e a senha de acesso para participar da concorrência na forma eletrônica.

**4.9** Solicitar o cancelamento da chave de identificação ou da senha de acesso por interesse próprio.

**4.10** O licitante que cumprir os requisitos legais para qualificação como microempresa (ME) ou empresa de pequeno porte (EPP) e equiparada, conforme art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, e que não esteja sujeito a quaisquer dos impedimentos do parágrafo 4º do art. 3º da Lei Complementar nº 123/2006, deverá declarar, em campo próprio, no sistema eletrônico, sua condição de ME ou EPP.

**4.11 Não poderão disputar esta licitação:**

**4.14.1.** Aquele que não atenda às condições deste Edital e seu(s) anexo(s).

**4.14.2.** Autor do anteprojeto, do projeto básico ou do projeto executivo, pessoa física ou jurídica, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ele relacionados.

**4.14.3.** Empresa, isoladamente ou em consórcio, responsável pela elaboração do projeto básico ou do projeto executivo, ou empresa da qual o autor do projeto seja dirigente, gerente, controlador, acionista ou detentor de mais de 5% (cinco por cento) do capital com direito a voto, responsável técnico ou subcontratado, quando a licitação versar sobre serviços ou fornecimento de bens a ela necessários.

**4.14.4.** Pessoa física ou jurídica que se encontre, ao tempo da licitação, impossibilitada de participar da licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta.

**4.14.5.** Aquele que mantenha vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que desempenhe função



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

**4.14.6.** Empresas controladoras, controladas ou coligadas, nos termos da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, concorrendo entre si.

**4.14.7.** Pessoa física ou jurídica que, nos 5 (cinco) anos anteriores à divulgação do edital, tenha sido condenada judicialmente, com trânsito em julgado, por exploração de trabalho infantil, por submissão de trabalhadores a condições análogas às de escravo ou por contratação de adolescentes nos casos vedados pela legislação trabalhista.

**4.14.8.** Agente público do órgão ou entidade licitante.

**4.14.9.** Pessoas jurídicas reunidas em consórcio, tratando-se de fornecimento comum com baixa complexidade, julga-se não haver necessidade de participação de licitante na forma de consórcio.

**4.14.10.** Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição.

**4.14.11.** Não poderá participar, direta ou indiretamente, da licitação ou da execução do contrato agente público do órgão ou entidade contratante, devendo ser observadas as situações que possam configurar conflito de interesses no exercício ou após o exercício do cargo ou emprego, nos termos da legislação que disciplina a matéria, conforme § 1º do art. 9º da Lei n.º 14.133, de 2021.

**4.14.12.** A pessoa física ou jurídica que se encontra impedida de participar de licitação em decorrência de sanção que lhe foi imposta será aplicado ao licitante que atue em substituição a outra pessoa, física ou jurídica, com o intuito de burlar a efetividade da sanção a ela aplicada, inclusive a sua controladora, controlada ou coligada, desde que devidamente comprovado o ilícito ou a utilização fraudulenta da personalidade jurídica do licitante.

**4.12** A critério da Administração e exclusivamente a seu serviço, o autor dos projetos e a empresa que elabora os projetos, conforme descritos nos subitens anteriores, poderão participar no apoio das atividades de planejamento da contratação, de execução da licitação ou de gestão do contrato, desde que sob supervisão exclusiva de agentes públicos do órgão ou entidade.

**4.13** Equiparam-se aos autores do projeto as empresas integrantes do mesmo grupo econômico.

**4.14** As vedações de que trata este artigo estendem-se a terceiro que auxilie a condução da contratação na qualidade de integrante de equipe de apoio, profissional especializado ou funcionário ou representante de empresa que preste assessoria técnica.

**4.15** A participação na presente licitação implica a aceitação plena e irrevogável de todos os termos, cláusulas e condições constantes deste Edital e de seus Anexos, bem como a observância dos preceitos legais e regulamentares em vigor e a responsabilidade pela fidelidade e legitimidade das informações e dos documentos apresentados em qualquer fase do processo.

## **5. DO CREDENCIAMENTO NA PLATAFORMA LICITANET**

**5.1.** Os licitantes interessados deverão proceder ao credenciamento antes da data marcada para início da sessão pública, via internet.

**5.2.** O credenciamento dar-se-á pela atribuição de chave de identificação e de senha pessoal e intransferível, informando-se a respeito do funcionamento e regulamento do sistema, para acesso a plataforma LICITANET: (<https://portal.licitanet.com.br/>), que permite a participação dos interessados na modalidade licitatória Pregão, em sua forma eletrônica.

**5.3.** O uso da senha de acesso pela licitante é de sua responsabilidade exclusiva, incluindo qualquer transação por ela efetuada diretamente, ou por seu representante, não cabendo ao provedor do sistema ou ao Município responsabilidade por eventuais danos decorrentes do uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

**5.4.** É de responsabilidade do cadastrado conferir a exatidão dos seus dados cadastrais na plataforma que operará esta licitação e mantê-los atualizados junto aos órgãos responsáveis pela informação, devendo proceder, imediatamente, à correção ou à alteração dos registros tão logo identifique incorreção ou aqueles se tornem desatualizados.

**5.5.** O credenciamento junto ao provedor do sistema implica a responsabilidade do licitante ou de seu representante legal e a presunção de sua capacidade técnica para realização das transações inerentes a este Pregão Eletrônico.

## **6. DA APRESENTAÇÃO DA PROPOSTA E LANCES**

**6.1.** Na presente licitação, a **fase de habilitação ocorrerá APÓS as fases de apresentação de propostas, lances e de julgamento.**



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**6.2** Os licitantes encaminharão, exclusivamente por meio do sistema eletrônico, a proposta com o preço, conforme o critério de julgamento adotado neste Edital, com a descrição detalhada do objeto ofertado, até a data e o horário estabelecidos para abertura da sessão pública, quando, então, encerrar-se-á automaticamente a etapa de envio dessa documentação.

**6.2.1.** A proposta a ser encaminhada por meio do Sistema **poderá** obedecer ao modelo do Anexo II deste Edital.

**6.2.2.** O envio de documentos complementares (proposta realinhada) deverão ser enviados, somente, após a fase de lances, pelo licitante vencedor, após convocação do Pregoeiro, no prazo estipulado neste Edital.

**6.3** No cadastramento da proposta inicial, o licitante declarará, em campo próprio do sistema que:

a. Está ciente e concorda com as condições contidas no edital e seus anexos.  
b. Apresentar, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

c. Que não emprega menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 anos, salvo menor, a partir de 14 anos, na condição de aprendiz, nos termos do artigo 7º, XXXIII, da Constituição;

d. Que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas.

**6.3.1.** O licitante organizado em cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 16 da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.3.2.** O fornecedor enquadrado como microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa deverá declarar, ainda, em campo próprio do sistema eletrônico, que cumpre os requisitos estabelecidos no artigo 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, estando apto a usufruir do tratamento favorecido estabelecido em seus arts. 42 a 49, observado o disposto nos §§ 1º ao 3º do art. 4º, da Lei nº 14.133, de 2021.

**6.3.2.1.** No item exclusivo para participação de microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” impedirá o prosseguimento no certame, para aquele item.

**6.3.2.2.** Nos itens em que a participação não for exclusiva para microempresas e empresas de pequeno porte, a assinalação do campo “não” apenas produzirá o efeito de o licitante não ter direito ao tratamento favorecido previsto na Lei Complementar nº 123, de 2006, mesmo que microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa.

**6.4.** Incumbirá ao licitante acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do Pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios, diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

**6.5.** Não será estabelecida, nessa etapa do certame, ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização dos procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**6.6.** Os documentos que compõem a proposta e a habilitação do licitante melhor classificado somente serão disponibilizados para avaliação do Pregoeiro e para acesso público após o encerramento do envio de lances.

**6.7.** A falsidade das declarações, de que trata os subitens anteriores, sujeitará o licitante às sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, especificamente a contida no art. 155, inciso VIII, e neste Edital.

**6.8.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta até a abertura da sessão pública.

**6.9.** Desde que disponibilizada a funcionalidade no sistema, o licitante poderá parametrizar o seu **valor final mínimo**, quando do cadastramento da proposta e obedecerá às seguintes regras:

**6.9.1.** A aplicação do intervalo mínimo de diferença de valores, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta

**6.9.2.** Os lances serão de envio automático pelo sistema, respeitado o valor final mínimo, caso estabelecido, e o intervalo de que trata o subitem acima.

**6.10.** O valor final mínimo parametrizado no sistema poderá ser alterado pelo fornecedor durante a fase de disputa, **sendo vedado**.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

- a. Valor superior a lance já registrado pelo fornecedor no sistema, quando adotado o critério de julgamento por menor preço **GLOBAL**;
- b. O valor final mínimo parametrizado na forma descrita anteriormente possuirá caráter sigiloso para os demais fornecedores e para o órgão ou entidade promotora da licitação, podendo ser disponibilizado estrita e permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.
- c. O licitante deverá comunicar imediatamente ao provedor do sistema qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a segurança, para imediato bloqueio de acesso.

**6.11. Da Garantia da Proposta (requisito de pré-habilitação)**

**6.11.1.** No momento da apresentação da proposta inicial no sistema, o licitante deverá comprovar o recolhimento de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação.

**6.11.2.** A garantia da proposta será analisada pelo agente da contratação, antes do início da fase de disputa.

**6.11.3.** A garantia da proposta será no valor de 1% (um por cento) do valor estimado para o certame, conforme art. 58, § 1º da Lei nº 14.133/2021.

**6.11.4.** Caberá ao licitante optar por uma das seguintes modalidades de garantia, conforme o art. 96, § 1º da Lei nº 14.133/2021:

**6.11.4.1.** Caução em dinheiro ou em títulos da dívida pública emitidos sob a forma escritural, mediante registro em sistema centralizado de liquidação e de custódia autorizado pelo Banco Central do Brasil, e avaliados por seus valores econômicos, conforme definido pelo Ministério da Economia;

**6.11.4.2.** Seguro garantia;

**6.11.4.3.** Fiança bancária emitida por banco ou instituição financeira devidamente autorizada a operar no País pelo Banco Central do Brasil;

**6.11.4.4.** Título de capitalização custeado por pagamento único, com resgate pelo valor total.

**6.11.4.4.1.** A referida garantia, quando na modalidade caução em dinheiro, deverá ser depositada em favor do Município de Porto Seguro, CNPJ: 13.635.016/0001-12, na seguinte conta: Agência 2489-9 / Conta 80.645-5 - Banco do Brasil, fica vedado, ainda na fase de análise das propostas iniciais e da apresentação garantia de proposta, a identificação do licitante, sob pena de desclassificação.

**6.11.4.5.** Na hipótese do respectivo comprovante bancário apresentar alguma inconsistência que não permita a confirmação de depósito do valor referente à garantia, a proposta será desclassificada.

**6.11.5.** A garantia da proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação, se for o caso.

**5.11.5.1.** As empresas que optarem pelo depósito através de caução, deverá solicitar a devolução, através do e-mail: editaispepm@s@gmail.com, contendo identificação da empresa e dados da referida licitação

**5.11.6.** Caso o licitante vencedor se recuse em assinar o contrato ou não apresente os documentos necessários para a contratação, tais atos implicarão na execução do valor integral da garantia de proposta.

**5.11.7.** Não sendo comprovado o recolhimento da correspondente quantia a título de garantia de proposta conforme as disposições deste item, inclusive se for realizado posteriormente a data e o horário previstos para abertura da sessão pública desta licitação, a respectiva proposta será desclassificada.

**7. DO PREENCHIMENTO DA PROPOSTA (ELETRÔNICA E DIGITADA)**

**7.1.** Após a divulgação do edital no sítio eletrônico, DEVERÃO ser inseridas em campo próprio, no sistema eletrônico, até a data e horário marcados para abertura das propostas, o valor global e demais informações, vedada a identificação do titular da proposta até a conclusão da fase de lances.

**7.1.1.** O licitante não poderá identificar-se (nome, CNPJ, papel timbrado da empresa, telefone, e-mail, site da empresa, etc.) na proposta comercial, sob pena de desclassificação.

**7.1.2.** Qualquer elemento que possa identificar o licitante, importa na desclassificação da proposta, sem prejuízo das sanções previstas no Edital.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**7.2.** O licitante deverá enviar sua proposta mediante o preenchimento, no sistema eletrônico, dos seguintes campos:

**7.2.1.** Desconto / valor unitário / total do item / total do lote/ **total global.**

**7.2.1.1.** Sob pena de desclassificação, a proposta eletrônica deverá ser preenchida indicando o valor unitário e total dos serviços, expressos em reais, com no máximo 2 (duas) casas decimais no campo “valor da proposta”.

**7.2.2.** Descrição do objeto, contendo as informações similares à especificação do Termo de Referência.

**7.2.3.** Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.

**7.3.** Nos valores propostos estarão inclusos todos os custos operacionais, encargos previdenciários, trabalhistas, tributários, comerciais e quaisquer outros que incidam direta ou indiretamente na prestação dos serviços, apurados mediante o preenchimento do modelo de Planilha de Custos e Formação de Preços, conforme Apêndice do Anexo II deste Edital;

**7.4.** Os preços ofertados, tanto na proposta inicial, quanto na etapa de lances, serão de exclusiva responsabilidade do licitante, não lhe assistindo o direito de pleitear qualquer alteração, sob alegação de erro, omissão ou qualquer outro pretexto.

**7.5.** A Contratada deverá arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, tais como os valores providos com o quantitativo de vale transporte, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da licitação, observado as disposições da Lei nº 14.133/2021.

**7.6.** A omissão de qualquer despesa necessária à perfeita realização do objeto deste será interpretada como não existente ou já incluída nos preços, não podendo a licitante pleitear acréscimo após a abertura das propostas.

**7.7.** Caso o eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos se revele superior às necessidades da contratante, a Administração deverá efetuar o pagamento seguindo estritamente as regras contratuais de faturamento dos serviços demandados e executados, concomitantemente com a realização, se necessário e cabível, de adequação contratual do quantitativo necessário, com base na alínea "b" do inciso I do art. 124 da Lei nº 14.133/21.

**7.8.** A empresa é a única responsável pela cotação correta dos encargos tributários. Em caso de erro ou cotação incompatível com o regime tributário a que se submete, serão adotadas as orientações a seguir:

**7.8.1.** cotação de percentual menor que o adequado: o percentual será mantido durante toda a execução contratual;

**7.8.2.** cotação de percentual maior que o adequado: o excesso será suprimido, unilateralmente, da planilha e haverá glosa, quando do pagamento, e/ou redução, quando da repactuação, para fins de total ressarcimento do débito.

**7.9.** Se o regime tributário da empresa implicar o recolhimento de tributos em percentuais variáveis, a cotação adequada será a que corresponde à média dos efetivos recolhimentos da empresa nos últimos doze meses, devendo o licitante ou contratada apresentar ao Pregoeiro ou à fiscalização, a qualquer tempo, comprovação da adequação dos recolhimentos, para os fins do previsto no subitem anterior.

**7.10.** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, no pagamento dos serviços, serão retidos na fonte os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**7.11.** A apresentação das propostas implica obrigatoriedade do cumprimento das disposições nelas contidas, em conformidade com o que dispõe o Termo de Referência, assumindo o proponente o compromisso de executar os serviços nos seus termos.

**7.12.** O prazo de validade da proposta não será inferior a **60 (sessenta) dias**, a contar da data de sua apresentação, sendo este o prazo considerado em caso de omissão.

**7.13.** Se, por motivo de força maior, a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade das propostas, ou seja, 60 (sessenta) dias, poderá ser solicitada a prorrogação de sua validade a todos o(s) licitante(s) classificado(s), por igual prazo, no mínimo, caso persista o interesse deste Município.

**7.14.** A prorrogação da validade das propostas, caso solicitada, nos termos do subitem anterior, dependerá do consentimento do(s) licitante(s) quanto à respectiva proposta.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**7.15.** Os licitantes devem respeitar os preços máximos estabelecidos nas normas de regência de contratações públicas, quando participarem de licitações públicas.

**7.16.** O descumprimento das regras supramencionadas pela Administração por parte dos contratados pode ensejar a responsabilização pelos Tribunais de controle externo e, após o devido processo legal, gerar as seguintes consequências: assinatura de prazo para a adoção das medidas necessárias ao exato cumprimento da lei, nos termos do art. 71, inciso IX, da Constituição; ou condenação dos agentes públicos responsáveis e da empresa contratada ao pagamento dos prejuízos ao erário, caso verificada a ocorrência de superfaturamento por sobrepreço na execução do contrato.

**7.17.** Não será estabelecida nesta etapa do certame ordem de classificação entre as propostas apresentadas, o que somente ocorrerá após a realização de procedimentos de negociação e julgamento da proposta.

**7.18.** O licitante NÃO poderá oferecer proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto para contratação.

**8. DA ABERTURA DA SESSÃO, CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS, FORMULAÇÃO DE LANCES, NEGOCIAÇÃO E ENVIO DA PROPOSTA REALINHADA**

**8.1.** A abertura da presente licitação dar-se-á automaticamente em sessão pública, por meio de sistema eletrônico, na data, horário e local indicados neste Edital.

**8.1.1.** Iniciada a sessão pública do pregão, esta não será suspensa ou transferida, salvo motivo excepcional assim caracterizado pelo Pregoeiro.

**8.1.2.** Verificando-se o adiamento da sessão pública do pregão, o Pregoeiro, através do *chat*, determinará nova data para continuação dos trabalhos, ficando intimados os licitantes.

**8.2.** Os licitantes poderão retirar ou substituir a proposta anteriormente inseridos no sistema, até a abertura da sessão pública.

**8.3.** O Pregoeiro verificará as propostas apresentadas, desclassificando desde logo aquelas que não estejam em conformidade com os requisitos estabelecidos neste Edital, contenham vícios insanáveis, ilegalidades, ou não apresentem as especificações exigidas no Termo de Referência e anexos.

**8.3.1.** Também será desclassificada a proposta que identifique o licitante.

**8.3.2.** A desclassificação será sempre fundamentada e registrada no sistema, com acompanhamento em tempo real por todos os participantes.

**8.3.3.** A não desclassificação da proposta não impede o seu julgamento definitivo em sentido contrário, levado a efeito na fase de aceitação.

**8.4.** O sistema ordenará automaticamente as propostas classificadas, sendo que somente estas participarão da fase de lances.

**8.4.1.** A proposta inicial, também, é considerada o primeiro lance.

**8.5.** O sistema disponibilizará campo próprio para troca de mensagens entre o Pregoeiro e os licitantes.

**8.6.** Iniciada a etapa competitiva, os licitantes deverão encaminhar lances exclusivamente por meio de sistema eletrônico, sendo imediatamente informados do seu recebimento e do valor consignado no registro.

**8.7.** O lance deverá ser ofertado pelo **menor valor global**.

**8.7.1.** Nos casos de participação de pessoa física, deverá ser exigido do participante que ao ofertar seu lance ou proposta, acrescentar o percentual de 20% (vinte por cento) do valor de comercialização a título de contribuição patronal à Seguridade Social, unicamente para fins de melhor avaliação das condições da contratação pela Administração.

**8.7.1.1.** O percentual de que trata a cláusula anterior deverá ser subtraído do valor da proposta final do adjudicatário e recolhido, pela Administração, ao Instituto Nacional do Seguro Social (INSS), conforme Instrução normativa SEGES/ME Nº 116 de 21 de dezembro de 2021, haja vista o que prescreve o art. 187 da Lei nº 14.133/21.

**8.8.** Os licitantes poderão oferecer lances sucessivos, observando o horário fixado para abertura da sessão e as regras estabelecidas no Edital.

**8.9.** O licitante somente poderá oferecer lance de valor inferior ao último por ele ofertado e registrado pelo sistema.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**8.10.** O intervalo mínimo de diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação à proposta que cobrir a melhor oferta **deverá ser de R\$1.000,00 (um mil reais).**

**8.11.** O licitante poderá, uma única vez, excluir seu último lance ofertado, no intervalo de quinze segundos após o registro no sistema, na hipótese de lance inconsistente ou inexequível.

**8.12.** O procedimento seguirá de acordo com o modo de disputa adotado nos subitens seguintes.

**8.12.1.** Será adotado para o envio de lances no pregão eletrônico o modo de disputa **“ABERTO”**, em que os licitantes apresentarão lances públicos e sucessivos, com prorrogações.

**8.12.2.** A etapa de lances da sessão pública terá duração de **dez minutos** e, após isso, será prorrogada automaticamente pelo sistema quando houver lance ofertado nos últimos **dois minutos** do período de duração da sessão pública.

**8.12.3.** A prorrogação automática da etapa de lances, de que trata o subitem anterior, será de **dois minutos** e ocorrerá sucessivamente sempre que houver lances enviados nesse período de prorrogação, inclusive no caso de lances intermediários.

**8.12.4.** Não havendo novos lances na forma estabelecida nos subitens anteriores, a sessão pública encerrar-se-á automaticamente, e o sistema ordenará e divulgará os lances conforme a ordem final de classificação.

**8.12.5.** Definida a melhor proposta, se a diferença em relação à proposta classificada em segundo lugar for de pelo menos 5% (cinco por cento), o pregoeiro, auxiliado pela equipe de apoio, poderá admitir o reinício da disputa aberta, para a definição das demais colocações.

**8.12.6.** Após o reinício previsto no subitem anterior, os licitantes serão convocados para apresentar lances intermediários.

**8.12.7.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem crescente de valores.

**8.13.7.** Após o término dos prazos estabelecidos nos subitens anteriores, o sistema ordenará e divulgará os lances segundo a ordem decrescente de valores.

**8.13.** Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

**8.14.** Durante o transcurso da sessão pública, os licitantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado, vedada a identificação do licitante.

**8.15.** No caso de desconexão com o Pregoeiro, no decorrer da etapa competitiva do Pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos licitantes para a recepção dos lances.

**8.16.** Quando a desconexão do sistema eletrônico para o Pregoeiro persistir por tempo superior a dez minutos, a sessão pública será suspensa e reiniciada somente após decorridas vinte e quatro horas da comunicação do fato pelo Pregoeiro aos participantes, no sítio eletrônico utilizado para divulgação.

**8.17.** Caso o licitante não apresente lances, concorrerá com o valor de sua proposta.

**8.18.** Havendo eventual empate entre propostas ou lances, o critério de desempate será aquele previsto no art. 60, da Lei nº 14.133 de 2021, nesta ordem:

**8.18.1.** disputa final, hipótese em que os licitantes empatados poderão apresentar nova proposta em ato contínuo à classificação.

**8.18.2.** avaliação do desempenho contratual prévio dos licitantes, para a qual deverão preferencialmente ser utilizados registros cadastrais para efeito de atesto de cumprimento de obrigações previstos nesta Lei;

**8.18.3.** desenvolvimento pelo licitante de ações de equidade entre homens e mulheres no ambiente de trabalho, conforme regulamento;

**8.18.4.** desenvolvimento pelo licitante de programa de integridade, conforme orientações dos órgãos de controle.

**8.19.** Persistindo o empate, será assegurado preferência, sucessivamente, aos bens e serviços produzidos ou prestados por:

**8.19.1.** empresas estabelecidas no território do Estado ou do Distrito Federal do órgão ou entidade da Administração Pública estadual ou distrital licitante ou, no caso de licitação realizada por órgão ou entidade de Município, no território do Estado em que este se localize;

**8.19.2.** empresas brasileiras;





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

- 8.19.3.** empresas que invistam em pesquisa e no desenvolvimento de tecnologia no País;
- 8.19.4.** empresas que comprovem a prática de mitigação, nos termos da Lei nº 12.187, de 29 de dezembro de 2009.
- 8.20.** Persistindo o empate, a proposta vencedora será sorteada pelo sistema eletrônico dentre as propostas ou os lances empatados.
- 8.21.** Encerrada a etapa de envio de lances da sessão pública, na hipótese da proposta do primeiro colocado permanecer acima do **preço máximo** definido para a contratação, **o Pregoeiro poderá negociar condições mais vantajosas, após definido o resultado do julgamento.**
- 8.21.1.** Não será admitida a previsão de preços diferentes em razão de local de entrega ou de acondicionamento, tamanho de lote ou qualquer outro motivo.
- 8.22.** A negociação poderá ser feita com os demais licitantes, segundo a ordem de classificação inicialmente estabelecida, quando o primeiro colocado, mesmo após a negociação, for desclassificado em razão de sua proposta permanecer acima do preço máximo definido pela Administração.
- 8.22.1.** A negociação será realizada por meio do sistema, podendo ser acompanhada pelos demais licitantes.
- 8.22.2.** O resultado da negociação será registrado em ata da sessão pública e divulgado a todos os licitantes e anexado aos autos no processo licitatório.
- 8.22.3. Do encaminhamento da PROPOSTA REALINHADA:**
- 8.22.3.1.** O Pregoeiro solicitará ao licitante melhor classificado que, no prazo de 02:00 horas, prorrogável por igual período, envie, anexando em campo próprio do sistema, a proposta adequada ao último lance ofertado (proposta realinhada) após a negociação realizada, acompanhada, se for o caso, dos documentos complementares, quando necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados.
- A prorrogação de que trata o subitem anterior, poderá ocorrer nas seguintes situações:
- 8.30.3.2.1.** Por solicitação do licitante, mediante justificativa aceita pelo Pregoeiro; ou
- 8.30.3.2.2.** De ofício, a critério do Pregoeiro, quando constatado que o prazo estabelecido não é suficiente para o envio dos documentos exigidos no edital para a verificação de conformidade da proposta.
- A proposta realinhada deverá:
- 8.30.3.3.1** Ser redigida em língua portuguesa, digitada, em uma via, sem emendas, rasuras, entrelinhas ou ressalvas, devendo a última folha ser assinada e as demais rubricadas pelo licitante ou seu representante legal.
- 8.30.3.3.2** Apresentar a planilha de custos e formação de preços, devidamente ajustada ao lance vencedor;
- 8.30.3.3.3** Conter a indicação do banco, número da conta e agência do licitante vencedor, para fins de pagamento.
- 8.22.3.2.** A proposta final deverá ser documentada nos autos e será levada em consideração no decorrer da execução do contrato e aplicação de eventual sanção à Contratada, se for o caso.
- 8.22.3.3.** Os preços deverão ser expressos em moeda corrente nacional, com duas casas decimais, além do valor unitário em algarismos e o valor global em algarismos e por extenso (art. 12, inciso II da Lei nº 14.133/21).
- 8.22.3.4.** Ocorrendo divergência entre os preços unitários e o preço global, prevalecerão os primeiros; no caso de divergência entre os valores numéricos e os valores expressos por extenso, prevalecerão estes últimos.
- 8.22.3.5.** A oferta deverá ser firme e precisa, limitada, rigorosamente, ao objeto deste Edital, sem conter alternativas de preço ou de qualquer outra condição que induza o julgamento a mais de um resultado, sob pena de desclassificação.
- 8.22.3.6.** A proposta deverá obedecer aos termos deste Edital e seus Anexos, não sendo considerada aquela que não corresponda às especificações ali contidas ou que estabeleça vínculo à proposta de outro licitante. Todas as especificações do objeto contidas na proposta vinculam a Contratada.
- 8.22.3.7.** As propostas que contenham a descrição do objeto, o valor e os documentos complementares estarão disponíveis na internet, após a homologação.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**8.22.3.8.** Após o recebimento da proposta realinhada, o Pregoeiro iniciará a fase de aceitação e julgamento da proposta.

**8.22.3.9.** Se o licitante convocado não apresentar a sua proposta realinhada dentro do prazo estipulado, terá a sua proposta desclassificada por não observância das exigências do Edital.

**9. DA FASE DE JULGAMENTO**

**9.1.** Encerrada a etapa de envio de lances, o Pregoeiro examinará a **proposta provisoriamente classificada em primeiro** lugar quanto à adequação ao objeto e à compatibilidade do preço em relação ao máximo estipulado para contratação neste Edital e em seus anexos, em conforme com a previsão do art. 14 da Lei nº 14.133/2021, legislação correlata e no dispostos neste edital, especialmente quanto à existência de sanção que impeça a participação no certame ou a futura contratação, mediante a consulta aos seguintes cadastros:

**9.1.1.** Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas - CEIS, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/ceis>); e

**9.1.2.** Cadastro Nacional de Empresas Punidas – CNEP, mantido pela Controladoria-Geral da União (<https://www.portalttransparencia.gov.br/sancoes/cnep>).

**9.2.** A consulta aos cadastros será realizada pelo Pregoeiro, em nome da empresa licitante (matriz ou filial) e também de seu sócio majoritário, por força da vedação de que trata o artigo 12 da Lei nº 8.429, de 1992.

**9.3. Será desclassificada a proposta vencedora, nos termos do art. 59, da Lei nº 14.133/2021, que:**

**9.3.1.** conter vícios insanáveis;

**9.3.2.** não obedecer às especificações técnicas contidas no termo de referência ou quaisquer outras exigências deste edital e seus anexos;

**9.3.3.** apresentar preços inexequíveis ou permanecerem acima do valor máximo definido para a contratação;

**9.3.4.** não tiverem sua exequibilidade demonstrada, quando exigido pela Administração;

**9.4.** A Administração poderá realizar diligências para aferir a exequibilidade das propostas ou exigir dos licitantes que ela seja demonstrada, nos termos do §2º, do artigo 59, da Lei nº 14.133/2021 e deste edital.

**9.5.** No caso serviços, é **indício de inexequibilidade das propostas valores inferiores a 50% (cinquenta por cento)** do valor orçado pela Administração Pública.

**9.6.** Erros no preenchimento da planilha não constituem motivo para a desclassificação da proposta. A planilha poderá ser ajustada pelo licitante, no prazo indicado pelo Pregoeiro através do sistema, desde que não haja majoração do preço e que se comprove que este é o bastante para arcar com todos os custos da contratação.

**9.7.** Para fins de análise da proposta quanto ao cumprimento das especificações do objeto, poderá ser colhida a manifestação do setor requisitante do serviço ou da área especializada no objeto.

**9.8.** Na hipótese de necessidade de suspensão da sessão pública para a realização de diligências, com vistas ao saneamento das propostas, a sessão pública somente poderá ser reiniciada mediante aviso prévio no sistema com e a ocorrência será registrada em ata.

**9.9.** Caso o custo global estimado do objeto licitado tenha sido decomposto em seus respectivos custos unitários por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços elaborada pela Administração, o licitante classificado em primeiro lugar será convocado para apresentar Planilha por ele elaborada, com os respectivos valores adequados ao valor final da sua proposta, sob pena de não aceitação da proposta.

**9.9.1.** A Planilha de Custos e Formação de Preços deverá ser encaminhada pelo licitante exclusivamente, via sistema, no prazo de 02:00(duas) horas, contado da solicitação do Pregoeiro, com os respectivos valores readequados ao lance vencedor, e será analisada pelo Pregoeiro no momento da aceitação do lance vencedor.

**9.9.2.** É facultado ao Pregoeiro prorrogar o prazo estabelecido no subitem anterior, a partir de solicitação fundamentada feita no chat pelo licitante, antes de findo o prazo.

**9.9.3.** Todos os dados informados pelo licitante em sua planilha deverão refletir com fidelidade os custos especificados e a margem de lucro pretendida.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**9.10.** O Pregoeiro analisará a compatibilidade dos preços unitários apresentados na Planilha de Custos e Formação de Preços com aqueles praticados no mercado em relação aos insumos e também quanto aos salários das categorias envolvidas na contratação;

**9.11.** Encerrada a fase de julgamento, após a verificação de conformidade das propostas, o Pregoeiro verificará a habilitação do licitante provisoriamente vencedor, observado o disposto neste Edital.

**10. DA FASE DE HABILITAÇÃO**

**10.1.** Nos termos do art. 63, II da Lei nº 14.133/2021, será exigida a apresentação dos documentos de habilitação **apenas do licitante provisoriamente vencedor (arrematante)**, sob pena de inabilitação.

**10.1.1.** A solicitação da documentação de habilitação será efetuada pelo Pregoeiro, por meio do campo de mensagens da plataforma, sendo concedido prazo **não inferior a 02 (duas) horas**, com possibilidade de prorrogação.

**10.2.** O cumprimento dos requisitos de habilitação e a **validade dos respectivos documentos** serão verificados quando da **data de sua apresentação pelo licitante provisoriamente vencedor**, diante da solicitação do Pregoeiro no sistema, na forma estabelecida nos subitens anteriores.

**10.3.** Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital ou quando a lei expressamente o exigir.

**10.4.** A verificação pelo Pregoeiro, em sítios eletrônicos oficiais de órgãos e entidades emissores de certidões constitui meio legal de prova, para fins de habilitação.

**10.5.** Os documentos relativos à regularidade fiscal que constem do Termo de Referência somente serão exigidos, em qualquer caso, em momento posterior ao julgamento das propostas, e apenas do licitante mais bem classificado.

**10.6.** Após a entrega dos documentos para habilitação, **não será permitida a substituição ou a apresentação de novos documentos**, salvo em sede de diligência, para (Lei 14.133/21, art. 64):

**10.6.1.** complementação de informações acerca dos **documentos já apresentados pelos licitantes** e desde que necessária para apurar fatos existentes à época da abertura do certame; e

**10.6.2.** atualização de documentos cuja validade tenha expirado após a data de recebimento das propostas;

**10.7.** A realização ou não de diligência não configura direito subjetivo do licitante.

**10.8.** Na análise dos documentos de habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas, que não alterem a substância dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes eficácia para fins de habilitação e classificação.

**10.9.** A omissão na documentação ou a documentação apresentada com data de validade vencida, quando passíveis de serem saneadas mediante consulta gratuita a sítio oficial na internet e, as meras declarações das licitantes, constituem falhas formais. Nestas hipóteses, o Pregoeiro poderá suprir de ofício a falha, juntando a documentação obtida em diligência nos autos do processo.

**10.10.** A vedação à inclusão de novo documento não alcança documento ausente, comprobatório de condição atendida pela licitante (condição preexistente) que não foi juntado, por equívoco ou falha, com os demais comprovantes de habilitação e/ou da proposta.

**10.11.** Constituem motivos para **inabilitação do licitante**, após esgotadas as possibilidades de saneamento nos termos do disposto neste edital:

**10.11.1.** A não apresentação da documentação exigida para habilitação;

**10.11.2.** A apresentação de documentos com prazo de validade vencido, na data fixada para apresentação dos documentos de habilitação;

**10.11.3.** A substituição dos documentos exigidos para habilitação por protocolos de requerimento de certidão;

**10.11.4.** A apresentação de documentos que contenham informações inverídicas;

**10.11.5.** A mesclagem de documentos de regularidade fiscal, social e trabalhista de estabelecimentos diversos, exceto prova de regularidade para com a Fazenda Federal conjunta com a Seguridade Social (INSS), para com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS) e para com a Justiça do Trabalho (CNDT);

**10.11.6.** O não cumprimento dos requisitos de habilitação;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

- 10.11.7.** O não atendimento às diligências, quando solicitadas, dentro do prazo estabelecido.
- 10.12.** Os documentos exigidos para habilitação deverão ser apresentados em formato digital.
- 10.13.** A documentação de habilitação poderá ser apresentada em original, por cópia ou por publicação em órgão de imprensa oficial, ou ainda, extraídos via internet, sujeitos à consulta e aceitação condicionada à verificação de veracidade via internet.
- 10.14.** Os documentos exigidos para fins de habilitação poderão ser substituídos por registro cadastral emitido por órgão ou entidade pública, desde que o registro tenha sido feito em obediência ao disposto na Lei nº 14.133/2021.
- 10.15.** Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.
- 10.15.1.** Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.
- 10.16.** Na hipótese de o licitante não atender às exigências para habilitação, o Pregoeiro examinará a proposta subsequente e assim sucessivamente, na ordem de classificação, até a apuração de uma proposta que atenda ao presente edital, observado o prazo no prazo de [NO MÍNIMO, DUAS HORAS], prorrogável por igual período, contado da solicitação do Pregoeiro, no sistema de mensagens.
- 10.17.** Somente serão disponibilizados para acesso público os documentos de habilitação do licitante cuja proposta atenda ao edital de licitação, após concluídos os procedimentos de que trata o subitem anterior.
- 10.18.** Dos documentos que compõem a habilitação:
- 10.18.1. Habilitação jurídica:**
- 10.18.1.1.** No caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional.
- 10.18.1.2.** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede; Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 10.18.1.3.** No caso de sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 10.18.1.4.** No caso de sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede.
- 10.18.1.5.** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;
- 10.18.1.6.** No caso de filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz.
- 10.18.1.7.** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.
- 10.18.1.8.** No caso de agricultor familiar: Declaração de Aptidão ao Pronaf – DAP ou DAP-P válida, ou, ainda, outros documentos definidos pela Secretaria Especial de Agricultura Familiar e do Desenvolvimento Agrário, nos termos do art. 4º, §2º do Decreto nº 10.880, de 2 de dezembro de 2021.
- 10.18.1.9.** No caso de Produtor Rural: matrícula no Cadastro Específico do INSS – CEI, que comprove a qualificação como produtor rural pessoa física, nos termos da [Instrução Normativa RFB n. 971, de 13 de novembro de 2009](#) (arts. 17 a 19 e 165).





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**10.18.1.10.** No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente. Ou outros meios legítimos de comprovação de existência jurídica da pessoa.

**10.18.1.11.** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**10.18.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**10.18.2.1.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas, conforme o caso;

**10.18.2.2.** Prova de inscrição no Cadastro de contribuintes estadual ou municipal, se houver, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

**10.18.2.3.** Prova de regularidade com a Fazenda Federal (Tributos e Dívida Ativa da União), estadual e Municipal, sendo as duas últimas do domicílio ou sede do licitante;

**10.18.2.4.** Prova de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos por lei, através de apresentação do Certificado de Regularidade do FGTS - CRF;

**10.18.2.5.** Prova de Regularidade perante a Justiça do Trabalho mediante a apresentação da Certidão de Débitos Trabalhistas (CDT).

**10.18.2.6.** Com referência à comprovação de Regularidade Fiscal, serão observadas as determinações constantes na Lei Complementar Federal nº 123/06.

**10.18.2.7.** Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

**10.18.2.8.** O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**10.18.2.9.** No caso de pessoa física não será exigido a certidão contida no subitem 10.21.2.4.

**10.18.3. Qualificação Econômico-Financeira:**

**10.18.3.1.** Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação, ou de sociedade simples;

**10.18.3.2.** Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;

**10.18.3.3.** Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;

**10.18.3.4.** As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);

**10.18.3.5.** O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)

**10.18.3.6.** É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;

**10.18.3.7.** A comprovação da boa situação financeira da empresa se dará mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

**10.18.3.8.** Índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.1333/21, uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.

**10.18.3.9.** As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de % **(ATÉ 10%)** do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

**10.18.3.10.** Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;

**10.18.4. Qualificação Técnica:**

**10.18.4.1.** Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

**10.18.4.2.** Apresentar conforme exigência no Termo de Referência item 9.5

**10.18.4.3.** O licitante disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados apresentados, apresentando, dentre outros documentos, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foram prestados os serviços.

**10.18.4.4.** Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

**10.18.4.5.** Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

**10.18.4.6.** O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**10.19. Documentações complementares:**

**10.19.1.** Declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação, conforme art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021, e o declarante responderá pela veracidade das informações prestadas, na forma da lei (art. 63, I, da Lei nº 14.133/2021).

**10.19.2.** Declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas, conforme art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021, sob pena de inabilitação.

**10.19.3.** Declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007, se for o caso.

**10.20.** O licitante enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado (a) da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal e (b) da apresentação do balanço patrimonial e das demonstrações contábeis do último exercício.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**10.21.** A existência de restrição relativamente à regularidade fiscal e trabalhista não impede que a licitante qualificada como microempresa ou empresa de pequeno porte seja declarada vencedora, uma vez que atenda a todas as demais exigências do edital.

**10.22.** A declaração do vencedor acontecerá no momento imediatamente posterior à fase de habilitação.

**10.23.** Caso a proposta mais vantajosa seja ofertada por microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa equiparada, e uma vez constatada a existência de alguma restrição no que tange à regularidade fiscal e trabalhista, a mesma será convocada para, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, após a declaração do vencedor, comprovar a regularização. O prazo poderá ser prorrogado por igual período, a critério da administração pública, quando requerida pelo licitante, mediante apresentação de justificativa.

**10.24.** A não-regularização fiscal e trabalhista no prazo previsto no subitem anterior acarretará a inabilitação do licitante, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital, sendo facultada a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação. Se, na ordem de classificação, seguir-se outra microempresa, empresa de pequeno porte ou sociedade cooperativa com alguma restrição na documentação fiscal e trabalhista, será concedido o mesmo prazo para regularização.

**10.25.** Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP) deverão apresentar toda documentação de habilitação exigida para fins de regularidade fiscal e trabalhista, ainda que tenham alguma restrição.

**10.25.1.** A comprovação de regularidade fiscal e trabalhista das microempresas e das empresas de pequeno porte somente será exigida para efeito de contratação, e não como condição para participação na licitação (art. 4º do Decreto nº 8.538/2015).

**10.25.2.** Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal e trabalhista, será assegurado o prazo de 05 (cinco) dias úteis, prorrogáveis por igual período a critério da Administração Municipal, contados a partir do 1º (primeiro) dia útil após a data em que for declarado vencedor, para regularização dos documentos.

**10.25.3.** A não regularização dos documentos no prazo estabelecido implicará a decadência do direito à contratação.

**10.26.** Havendo necessidade de analisar minuciosamente os documentos exigidos, o Pregoeiro suspenderá a sessão, informando no “chat” a nova data e horário para a continuidade da mesma.

**10.27.** Será inabilitado o licitante que não comprovar sua habilitação, seja por não apresentar quaisquer dos documentos exigidos, ou apresentá-los em desacordo com o estabelecido neste Edital.

**10.28.** Nos itens não exclusivos a microempresas e empresas de pequeno porte, em havendo inabilitação, haverá nova verificação, pelo sistema, da eventual ocorrência do empate ficto, previsto nos artigos 44 e 45 da LC nº 123, de 2006, seguindo-se a disciplina antes estabelecida para aceitação da proposta subsequente.

**10.29.** O licitante provisoriamente vencedor em um item, que estiver concorrendo em outro item, ficará obrigado a comprovar os requisitos de habilitação cumulativamente, isto é, somando as exigências do item em que venceu às do item em que estiver concorrendo, e assim sucessivamente, sob pena de inabilitação, além da aplicação das sanções cabíveis.

**10.30.** Não havendo a comprovação cumulativa dos requisitos de habilitação, a inabilitação recairá sobre o(s) item(ns) de menor(es) valor(es), cuja retirada(s) seja(m) suficiente(s) para a habilitação do licitante nos remanescentes.

**10.31.** Constatado o atendimento às exigências de habilitação fixadas no Edital, o licitante será declarado vencedor.

## **11. DOS RECURSOS**

**11.1.** Após o ato decisório final do certame (declarando o licitante vencedor, o fracasso do certame ou a anulação do procedimento), deverá o licitante interessado, sob pena de preclusão, manifestar-se expressamente quanto à **intenção de recorrer** na própria sessão pública, **após o término do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação**, em campo próprio do sistema.

**11.1.1.** O prazo para a manifestação da intenção de recorrer será de **10 (DEZ) MINUTOS**.

**11.1.2.** A licitante desclassificada antes da fase de disputa também poderá manifestar e motivar a sua intenção de interpor recurso no período do subitem acima.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**11.1.3.** Nesse momento o Pregoeiro não adentrará no mérito recursal, mas apenas verificará as condições de admissibilidade do recurso.

**11.1.4.** O Pregoeiro poderá, em campo de mensagens do sistema, informar sobre o prazo para manifestação do licitante da intenção de recorrer diante do julgamento das propostas e do ato de habilitação ou inabilitação.

**11.2.** Os licitantes que apresentarem a intenção de recurso, disporão do prazo de até 3 (três) dias úteis para apresentação das razões recursais, em campo próprio do sistema, contados a partir da data de intimação ou de lavratura da ata de habilitação ou inabilitação.

**11.3.** O prazo para apresentação de contrarrazões ao recurso pelos demais licitantes será de 3 (três) dias úteis, contados da data da intimação pessoal ou da divulgação da interposição do recurso, assegurada a vista imediata dos elementos indispensáveis à defesa de seus interesses.

**11.4.** A apresentação do recurso dar-se-á em fase única.

**11.5.** O recurso será dirigido ao responsável pela condução do edital (Pregoeiro), o qual poderá reconsiderar sua decisão no prazo de 3 (três) dias úteis, ou, nesse mesmo prazo, encaminhar recurso com sua motivação para a autoridade superior, a qual deverá proferir sua decisão no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**11.6.** Os recursos interpostos fora do prazo não serão conhecidos.

**11.7.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**11.8.** O acolhimento do recurso invalida tão somente os atos insuscetíveis de aproveitamento.

**11.9.** Os autos do processo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

## **12. DA REABERTURA DA SESSÃO PÚBLICA**

**12.1.** A sessão pública poderá ser reaberta:

**12.1.1.** Nas hipóteses de provimento de recurso que leve à anulação de atos anteriores à realização da sessão pública precedente ou em que seja anulada a própria sessão pública, situação em que serão repetidos os atos anulados e os que dele dependam.

**12.1.2.** Quando houver erro na aceitação do preço melhor classificado ou quando o licitante declarado vencedor não assinar o contrato, não retirar o instrumento equivalente ou não comprovar a regularização fiscal e trabalhista, nos termos do art. 43, §1º da LC nº 123/2006, serão adotados os procedimentos imediatamente posteriores ao encerramento da etapa de lances.

**12.2.** Todos os licitantes remanescentes deverão ser convocados para acompanhar a sessão reaberta.

**12.2.1.** A convocação se dará por meio do sistema eletrônico ("chat") ou e-mail de acordo com a fase do procedimento licitatório.

**12.2.2.** A convocação feita por e-mail dar-se-á de acordo com os dados contidos na PROPOSTA DE PREÇOS, sendo responsabilidade do licitante manter seus dados cadastrais atualizados.

## **13. DA ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO**

**13.1.** O objeto da licitação será adjudicado e homologado ao licitante declarado vencedor, por ato da autoridade competente, após a regular decisão dos recursos apresentados.

## **14. DA GARANTIA DE EXECUÇÃO**

**14.1.** As regras estão estabelecidas no Termo de Referência, anexo deste edital.

## **14. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**14.1.** Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 5 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na lei nº 14.133/21 e neste Edital.

**14.2.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de **5 (cinco) dias úteis**, a contar da data de seu recebimento.

**14.3.** O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente justificado pelo licitante e aceito pela Administração.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**14.4.** Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Termo de Referência, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do(s) item(ns), as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

**14.5.** O preço registrado, com a indicação dos fornecedores, será divulgado no PNCP de forma análoga no prazo estabelecido no art. 94 da Lei nº 14.133/21 c/c art. 174, IV e disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

**14.6.** A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a prestação pretendida, desde que devidamente justificada.

**14.7.** Na hipótese de o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidas, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

## **15. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA**

**15.1.** Após a homologação da licitação, será incluído na ata, na forma de anexo, o registro:

**15.1.1.** dos licitantes que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário, observada a classificação na licitação; e

**15.1.2.** dos licitantes que mantiverem sua proposta original.

**15.2.** Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou fornecedores registrados na ata.

**15.2.1.** A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante mais bem classificado.

**15.2.2.** Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

**15.3.** A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

**15.3.1.** quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital; ou

**15.3.2.** quando houver o cancelamento do registro do fornecedor ou do registro de preços, nas hipóteses previstas Decreto Municipal nº 15.263/23.

**15.4.** Na hipótese de nenhum dos licitantes que aceitaram cotar o objeto com preço igual ao do adjudicatário concordar com a contratação nos termos em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado, a Administração, observados o valor estimado e a sua eventual atualização na forma prevista no edital, poderá:

**15.4.1.** convocar os licitantes que mantiveram sua proposta original para negociação, na ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

**15.4.2.** adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, observada a ordem de classificação, quando frustrada a negociação de melhor condição.

## **16. DO TERMO DE CONTRATO OU OUTRO INSTRUMENTO EQUIVALENTE**

**16.1.** Após a homologação da licitação, em sendo realizada a contratação, será firmado Termo de Contrato ou emitido instrumento equivalente.

**16.2.** O adjudicatário terá o prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da data de sua convocação, para assinar o Termo de Contrato ou aceitar instrumento equivalente, conforme o caso emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil), sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

**16.2.1.** Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura do Termo de Contrato, a Administração poderá encaminhá-lo para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinado e devolvido no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de seu recebimento.

**16.2.2.** O prazo previsto no subitem anterior poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação da parte durante seu transcurso, devidamente justificada, e desde que o motivo apresentado seja aceito pela Administração.

**16.3.** O Aceite da Nota de Empenho ou do instrumento equivalente, emitida à empresa adjudicada, implica no reconhecimento de que:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**16.3.1.** referida Nota está substituindo o contrato, aplicando-se à relação de negócios ali estabelecida as disposições da Lei nº 14.133, de 2021;

**16.3.2.** a contratada se vincula à sua proposta e às previsões contidas no edital e seus anexos;

**16.3.3.** A contratada reconhece que as hipóteses de extinção são aquelas previstas nos artigos 137 e 138 da Lei nº 14.133/21 e reconhece os direitos da Administração previstos no artigo 139 da mesma Lei.

**16.4.** O prazo de vigência da contratação é de **12(doze) meses**, prorrogável conforme previsão no instrumento contratual e no termo de referência.

**15.4.1** A duração dos contratos regidos pelo art. 105, caput, da Lei 14.133, de 2021, pode ultrapassar o exercício financeiro em que celebrados, desde que as despesas a eles referentes sejam integralmente empenhadas até 31 de dezembro, permitindo-se, assim, sua inscrição em restos a pagar.

**16.5.** Na assinatura do contrato, será exigida a comprovação das condições de habilitação consignadas no edital, que deverão ser mantidas pelo licitante durante a vigência do contrato, bem como o disposto no art. 91 § 4º Lei n. 14.133/21.

**16.6.** Na hipótese de o vencedor da licitação não comprovar as condições de habilitação consignadas no edital ou se recusar a assinar o contrato a Administração, sem prejuízo da aplicação das sanções das demais cominações legais cabíveis a esse licitante, poderá convocar outro licitante, respeitada a ordem de classificação, para a celebração do contrato, inicialmente nas condições propostas pelo licitante vencedor. Em frustrando essa primeira tentativa, é possível negociar o valor com o licitante melhor classificado (e, se for o caso, com os demais, na ordem de classificação) ou mesmo celebrar o contrato pelo valor ofertado inicialmente por estes licitantes, após a comprovação dos requisitos para habilitação, analisada a proposta e eventuais documentos complementares.

## **17. DO REAJUSTE**

**17.1.** As regras acerca do reajuste do valor contratual são as estabelecidas no Termo de Referência e/ou Termo de Contrato, anexos a este Edital.

## **18. DA ACEITAÇÃO DO OBJETO E DA FISCALIZAÇÃO**

**18.1.** Os critérios de aceitação do objeto e de fiscalização estão previstos no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **19. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA**

**19.1.** As obrigações da Contratante e da Contratada são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **20. DO PAGAMENTO**

**20.1.** As regras acerca do pagamento são as estabelecidas no Termo de Referência e no Termo de Contrato, anexos deste edital.

## **21. DAS INFRAÇÕES ADMINISTRATIVAS E SANÇÕES**

**21.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, com dolo ou culpa o licitante/adjudicatário que:

**21.1.1.** dar causa à inexecução parcial do contrato;

**21.1.2.** dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

**21.1.3.** dar causa à inexecução total do contrato;

**21.1.4.** deixar de entregar a documentação exigida para o certame ou não entregar qualquer documento que tenha sido solicitado pelo pregoeiro durante o certame.

**21.1.5.** Salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, não mantiver a proposta em especial quando:

**20.1.5.1** não enviar a proposta adequada ao último lance ofertado ou após a negociação;

**20.1.5.2** recusar-se a enviar o detalhamento da proposta quando exigível;

**20.1.5.3** pedir para ser desclassificado quando encerrada a etapa competitiva; ou

**20.1.5.4** deixar de apresentar amostra;

**20.1.5.5** apresentar proposta ou amostra em desacordo com as especificações do edital;

**21.1.6.** não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

- 21.1.7.** ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- 21.1.8.** recusar-se, sem justificativa, a assinar o contrato ou a ata de registro de preço, ou a aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração
- 21.1.9.** apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
- 21.1.10.** fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- 21.1.11.** comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- 21.1.12.** praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação;
- 21.1.13.** praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
- 21.2.** Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os licitantes, em qualquer momento da licitação, mesmo após o encerramento da fase de lances.
- 21.3.** Com fulcro na Lei nº 14.133 de 2021, a Administração poderá, garantida a prévia defesa, aplicar aos licitantes e/ou adjudicatários as seguintes sanções, sem prejuízo das responsabilidades civil e criminal:
- 21.3.1.** advertência;
- 21.3.2.** multa;
- 21.3.3.** impedimento de licitar e contratar;
- 21.3.4.** declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida sua reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade.
- 21.4.** Na aplicação das sanções serão considerados:
- 21.4.1.** a natureza e a gravidade da infração cometida;
- 21.4.2.** as peculiaridades do caso concreto;
- 21.4.3.** as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- 21.4.4.** os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- 21.4.5.** a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.
- 21.5.** A sanção prevista na cláusula 20.3.1 será aplicada exclusivamente pela infração administrativa prevista na cláusula 20.1.1, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave.
- 21.6.** A sanção prevista na cláusula 20.3.2, calculada na forma do edital ou do contrato, não poderá ser inferior a 0,5% (cinco décimos por cento) nem superior a 30% (trinta por cento) do valor do contrato licitado ou celebrado com contratação direta e será aplicada ao responsável por qualquer das infrações administrativas previstas na cláusula 20, deste edital.
- 21.7.** A sanção prevista na cláusula 20.3.3 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública do ente Municipal que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.
- 21.8.** A sanção prevista na cláusula 20.3.4 será aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 20.1.8, 20.1.9, 20.1.10, 20.1.11 e 20.1.12, bem como pelas infrações administrativas previstas nas cláusulas 20.1.2, 20.1.3, 20.1.4, 20.1.5, 20.1.6 e 20.1.7, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida na cláusula 20.7 deste edital, e impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.
- 21.9.** As sanções previstas nas cláusulas 20.3.1, 20.3.3 e 20.3.4, poderão ser aplicadas cumulativamente com a prevista na cláusula 20.3.2.
- 21.10.** Os atos previstos como infrações administrativas nesta Lei ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e a autoridade competente definidos na referida Lei.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**21.11.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

**21.12.** A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao licitante/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133, de 2021, e subsidiariamente as legislações pertinentes.

**21.13.** A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

**21.14.** As penalidades serão obrigatoriamente registradas no site de transparência do Município e no CEIS e CNEP.

**21.15.** A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.

**21.16.** Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.

**21.17.** Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.

**21.18.** O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.

**21.19.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

**21.20.** A aplicação das sanções previstas neste edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados à Administração Pública municipal.

## **22. DA IMPUGNAÇÃO AO EDITAL E DO PEDIDO DE ESCLARECIMENTO**

**22.1.** Até 3 (três) dias úteis antes da data de abertura do certame, qualquer pessoa poderá impugnar este Edital, por irregularidade na aplicação da lei 14.133 de 2021.

**22.2.** A impugnação e o pedido de esclarecimento deverão ser realizados por forma eletrônica, na plataforma **LICITANET**: <https://portal.licitanet.com.br/>, ou por petição dirigida ou protocolada no endereço Avenida Pero Vaz de Caminha, nº 337, (primeiro andar), Bairro: Centro, Cidade: Porto Seguro-Bahia, CEP: 45.810-000.

**22.3.** A resposta à impugnação ou ao pedido de esclarecimento será divulgada em sítio eletrônico oficial no prazo de até 3 (três) dias úteis, limitado ao último dia útil anterior à data da abertura do certame, podendo o Pregoeiro requisitar subsídios formais aos responsáveis pela elaboração do Edital e dos anexos.

**22.4.** Acolhida a impugnação, e esta impactar na reformulação da proposta, será definida e publicada nova data para a realização do certame, conforme art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**22.5.** As impugnações e pedidos de esclarecimentos não suspendem os prazos previstos no certame.

**22.5.1.** A concessão de efeito suspensivo à impugnação é medida excepcional e deverá ser motivada pelo pregoeiro, nos autos do processo de licitação, se houver impacto na formulação de propostas.

## **23. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**23.1.** Será divulgada ata da sessão pública no sistema eletrônico.

**23.2.** Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação em contrário, pelo Pregoeiro.





**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**23.3.** Todas as referências de tempo no Edital, no aviso e durante a sessão pública observarão o horário de Brasília – DF.

**23.4.** No julgamento das propostas e da habilitação, o Pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas, dos documentos e sua validade jurídica, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de habilitação e classificação.

**23.5.** A homologação do resultado desta licitação não implicará direito à contratação.

**23.6.** As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os interessados, desde que não comprometam o interesse da Administração, o princípio da isonomia, a finalidade e a segurança da contratação.

**23.7.** Os licitantes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e a Administração não será, em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do processo licitatório.

**23.8.** Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital e seus Anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento, conforme o art. 183 da Lei nº 14.133/21. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente na Administração.

**23.9.** O desatendimento de exigências formais não essenciais não importará o afastamento do licitante, desde que seja possível o aproveitamento do ato, observado os princípios da isonomia e do interesse público.

**23.10.** Em caso de divergência entre disposições deste Edital e de seus anexos ou demais peças que compõem o processo, prevalecerá as deste Edital.

**23.11.** O Edital e seus anexos estão disponibilizados, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) e no endereço eletrônico LICITANET: <https://portal.licitanet.com.br/> ou podendo ser solicitado por petição dirigida ou protocolada e também poderão ser lidos e/ou obtidos no endereço Avenida Pero Vaz de Caminha, nº 377, (primeiro andar), Bairro: Centro, Cidade: Porto Seguro-Bahia, CEP: 45.810-000, nos dias úteis, no horário das 08:00 horas às 16:00 horas, mesmo endereço e período no qual os autos do processo administrativo permanecerão com vista franqueada aos interessados.

**23.12.** Integram este Edital, para todos os fins e efeitos, os seguintes anexos:

ANEXO I - Termo de Referência

ANEXO II - Modelo de Proposta de Preço

**Apêndice do Anexo II – Planilha de composição de Preços**

ANEXO III - Minuta de Ata de Registro de Preços.

ANEXO III.1 – Minuta de Cadastro de Reserva

ANEXO IV- Minuta de Termo de Contrato

ANEXO V- Modelo de declaração de cumprimento dos requisitos de habilitação (art. 63, inciso I, da Lei 14.133/2021).

ANEXO VI- Modelo de declaração de que cumpre as exigências de reserva de cargos para pessoa com deficiência e para reabilitado da Previdência Social, previstas em lei e em outras normas específicas (art. 63, inciso IV, da Lei 14.133/2021).

ANEXO VII- Modelo de declaração de microempresa e empresa de pequeno porte, ou cooperativa enquadrada no artigo 34 da Lei nº 11.488, de 2007. (QUANDO FOR O CASO)

ANEXO VIII- Modelo Declaração da licitante de cumprimento ao artigo 7º, inciso XXXIII, da Constituição Federal (art. 68, inciso VI, da Lei 14.133/2021).

ANEXO IX - Modelo de declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Porto Seguro/BA, 11 de junho de 2026.

**Denisson Matos Rocha Secretaria**

Secretário Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil,



**ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

## **ANEXO I – Termo de Referência**

**Órgão responsável: Secretaria Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil**

### **1. DO OBJETO**

**1.1** Registro de preços para Contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

**1.2** Os serviços são classificados como comuns uma vez que os padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos pelo edital, por meio de especificações usuais de mercado.

### **2. DOS FUNDAMENTOS DA CONTRATAÇÃO**

O presente termo de referência tem como base legal a Lei n. 14.133/2021 e Decreto Municipal nº 15.263/2023.

**2.1** A contratação pretendida consiste na **referência ao estudo técnico preliminar** que caracteriza o interesse público para a prestação pretendida, a fim de evidenciar a solução a ser atendida de modo a permitir a avaliação econômica/eficiente da contratação, definido no art. 18, §1º da Lei 14.133/2021. Justifica-se a presente solicitação tendo em vista o interesse público e social na adoção de medidas permanentes voltadas à melhoria contínua da mobilidade urbana, com vistas a assegurar a fluidez do tráfego, a segurança viária e a redução de acidentes nas vias públicas do Município de Porto Seguro/BA.

**2.2** Nesse contexto, observa-se o disposto no Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito, instituído pelo Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), o qual estabelece padrões técnicos, dimensões, cores, materiais e requisitos mínimos para a implantação, conservação e manutenção da sinalização viária horizontal e vertical, garantindo uniformidade, legibilidade e padronização, elementos indispensáveis à segurança e à adequada orientação dos usuários das vias.

**2.3** Ressalta-se, ainda, a relevância da Mobilidade Urbana Sustentável e Inclusiva, conforme as diretrizes da Lei nº 12.587/2012, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana – PNMU, na qual a sinalização viária se apresenta como instrumento essencial para a organização do espaço público, priorizando a circulação segura, acessível e integrada de pedestres, ciclistas e do transporte coletivo, em consonância com os princípios da acessibilidade universal e da equidade no uso das vias.

**2.4** Considera-se, também, o crescimento do fluxo veicular e populacional no Município de Porto Seguro/BA, especialmente em razão de sua vocação turística, fator que intensifica a demanda por ações contínuas de revitalização, reposição e modernização dos dispositivos de sinalização viária, tais como placas de regulamentação, advertência e indicação, faixas de pedestres, linhas de bordo, legendas horizontais, tachões, balizadores e demais elementos indispensáveis ao controle, ordenamento e orientação do trânsito.

**2.5** Destaca-se que a disponibilidade permanente e a manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária constituem medidas estratégicas e preventivas para a redução de sinistros de trânsito, melhoria da circulação e preservação da malha viária urbana, tornando indispensável a contratação de empresa especializada que possibilite respostas céleres, intervenções programadas e atendimento eficiente às demandas emergenciais e rotineiras.

**2.6** Por fim, registra-se que a presente demanda se encontra alinhada às diretrizes, objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual – PPA do Município de Porto Seguro/BA, no eixo de Mobilidade Urbana e Segurança Viária, reafirmando o compromisso da Administração Municipal com a melhoria da infraestrutura urbana e a proteção da vida no trânsito.

**2.7** **Justifica-se a utilização do Sistema de Registro de Preços (SRP)** com fundamento no art. 111, §1º, incisos I, II e IV do Decreto Municipal nº 15.263/2023:



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

**Art. 111.** É permitida a adoção do Registro de Preços (RP) para contratação de bens e serviços comuns, inclusive de engenharia, bem como nas hipóteses de dispensa e inexigibilidade de licitação.

§ 1º O RP poderá ser adotado quando julgado pertinente pela Administração, em especial:

I - quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;

II - quando for mais conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, por quantidade de horas de serviço ou postos de trabalho, ou em regime de tarefa;

IV - quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.

**2.8** Dessa forma, o Sistema de Registro de Preços mostra-se o instrumento mais eficiente e econômico, permitindo à Administração realizar contratações conforme a efetiva necessidade, evitando desperdícios e assegurando a continuidade dos serviços essenciais.

**2.9** De início, cumpre destacar que o plano de contratações anual se trata de um artefato de caráter “preferencial” e não “obrigatório”, conforme o art. 12, inciso VII e art. 18, caput, §1º, II, todos da Lei nº 14.133/2021. A ausência do Plano de Contratação Anual no Município não ocasiona nenhum prejuízo à administração, pois reitera-se que o dispositivo legal o trata como “preferencial” e não obrigatório. Ademais, é necessário ratificar que este Ente sempre pautou e pauta suas contratações públicas em planejamento interno, operacional, e global, realizado por todas as unidades demandantes. Referido planejamento dá base a um calendário das compras públicas municipais, que traz mecanismos de governança e sobretudo efetividade em prol do interesse público.

**2.10** A contratação do objeto licitado poderá ser efetivada mediante formalização de contrato, vinculado à Ata de Registro de Preços e em conformidade com a legislação pertinente, bem como Decreto Municipal nº 15.263/2023.

**2.10.1** Cada órgão participante do Registro de Preços será responsável pela formalização do contrato, conforme minuta estabelecida nos anexos do Edital.

**2.10.2** As regras referentes aos órgãos gerenciador e participantes, bem como a eventuais adesões são as que constam da minuta de Ata de Registro de Preços, constante no anexo do edital.

### **3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR DA CONTRATAÇÃO**

**3.1** Em atendimento ao dever de planejamento previsto na Lei nº 14.133/2021, especialmente no que se refere à necessidade de estimativa fundamentada do quantitativo a ser contratado, registra-se que este Órgão não dispõe de histórico contratual anterior para o objeto, tampouco de base estatística formal consolidada.

Diante da inexistência de contratações anteriores específicas e da ausência de documentos históricos consolidados que permitam aferição precisa do quantitativo necessário, a estimativa foi elaborada com base em metodologia prospectiva, utilizando-se dos elementos disponíveis à Administração e da análise das necessidades operacionais identificadas pela área técnica competente.

Para definição dos quantitativos estimados, foram considerados os seguintes fatores:

I – avaliação das condições gerais da sinalização viária existente nas vias públicas municipais;

II – identificação das demandas recorrentes observadas no âmbito das atividades administrativas e operacionais relacionadas à mobilidade urbana e segurança viária;

III – análise da extensão da malha viária urbana e das áreas públicas sob responsabilidade do Município;

IV – previsão das necessidades de manutenção preventiva e corretiva da sinalização horizontal e vertical ao longo do período estimado da contratação;

V – crescimento urbano, aumento do fluxo veicular e expansão das demandas relacionadas à organização e segurança do trânsito municipal;

VI – necessidade de atendimento de ocorrências emergenciais, substituições periódicas e revitalização contínua dos dispositivos de sinalização viária.



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**

A estimativa quantitativa foi definida com base em critérios de razoabilidade e proporcionalidade, considerando a média estimada de intervenções necessárias para assegurar a adequada manutenção da sinalização viária municipal, acrescida de margem prudencial destinada a garantir a continuidade do serviço público e evitar insuficiência contratual durante a vigência da futura contratação.

Esclarece-se, por fim, que os quantitativos previstos possuem natureza meramente estimativa, não gerando obrigação de contratação integral por parte da Administração Pública, especialmente em razão da adoção do Sistema de Registro de Preços, servindo exclusivamente como parâmetro de planejamento, dimensionamento e viabilidade da futura contratação.





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE	PREÇO UNITÁRIO R\$		PREÇO TOTAL R\$	
						SEM BDI	COM BDI	SEM BDI	COM BDI
1	ADMINISTRAÇÃO LOCAL							R\$302.050,16	R\$377.554,48
1.1	54.40.01	LOCAÇÃO VEÍCULO TIPO PICAPE LEVE COM SEGURO	SUDECAP	MES	12,00	R\$3.635,00	R\$4.543,75	R\$43.620,00	R\$54.525,00
1.2	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	720,00	R\$46,24	R\$57,80	R\$33.292,80	R\$41.616,00
1.3	88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	3.300,00	R\$25,17	R\$31,46	R\$83.061,00	R\$103.818,00
1.4	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	1.700,00	R\$33,52	R\$41,90	R\$56.984,00	R\$71.230,00
1.5	COM-00108287	LOCAÇÃO CAMINHAO BAU	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	MES	12,00	R\$7.091,03	R\$8.863,79	R\$85.092,36	R\$106.365,48
2	SINALIZAÇÃO VERTICAL							R\$933.873,85	R\$1.167.407,00
2.1	5213464	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA RETANGULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	SICRO NOVO	M2	260,00	R\$634,91	R\$793,64	R\$165.076,60	R\$206.346,40
2.2	COM-05024177	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA CIRCULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	M2	260,00	R\$616,07	R\$770,09	R\$160.178,20	R\$200.223,40
2.3	M3229	PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI (SINAL IMPRESSO COM PELÍCULA DE SOBREPOSIÇÃO TIPO V)	SICRO NOVO	M²	345,00	R\$436,93	R\$546,16	R\$150.740,85	R\$188.425,20
2.4	C3896	LIMPEZA DE PLACA DE SINALIZAÇÃO	SEINFRA	M2	12.500,00	R\$9,66	R\$12,08	R\$120.750,00	R\$151.000,00
2.5	5213414	PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI – CONFECÇÃO	SICRO NOVO	M²	200,00	R\$624,55	R\$780,69	R\$124.910,00	R\$156.138,00
2.6	S00799	POSTE EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, PESADO, D=2" (50MM), ALTURA ÚTIL=2,50M, ALTURA TOTAL=3,20M	ORSE	UN	240,00	R\$456,68	R\$570,85	R\$109.603,20	R\$137.004,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



27	COM-68030445	POSTE MADEIRA ROLIÇA (EUCALIPTO COM TRATAMENTO) (H = 3,0 M) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	UN	250,00	R\$410,46	R\$513,08	R\$102.615,00	R\$128.270,00
3	<b>SINALIZAÇÃO HORIZONTAL</b>							R\$1.897.611,70	R\$2.372.110,70
3.1	5213358	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL - ESPESSURA DE 1,5 MM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO	SICRO NOVO	M²	1.450,00	R\$188,39	R\$235,49	R\$273.165,50	R\$341.460,50
3.2	SIN-045	EXECUÇÃO DE PINTURA DE SETAS E ZEBRADOS COM TERMOPLÁSTICO APLICADO POR EXTRUSÃO NA COR BRANCA - ESP. = 3,0 MM	SMOP	M²	1.600,00	R\$102,53	R\$128,16	R\$164.048,00	R\$205.056,00
3.3	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, E = 10 CM, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA	SINAPI	M	15.000,00	R\$7,19	R\$8,99	R\$107.850,00	R\$134.850,00
3.4	40815	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA (0,6 MM)	GOINFRA RODOV	M2	2.900,00	R\$28,42	R\$35,53	R\$82.418,00	R\$103.037,00
3.5	SIN-041	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL 26,00 X 18,00 X 5,00 CM	SMOP	UD	1.000,00	R\$91,38	R\$114,23	R\$91.380,00	R\$114.230,00
3.6	SIN-040	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TACHÃO REFLETIVO MONODIRECIONAL 26,00 X 18,00 X 5,00 CM	SMOP	UD	600,00	R\$89,15	R\$111,44	R\$53.490,00	R\$66.864,00
3.7	102501	PINTURA EM QUEBRA MOLAS E LOMBADAS - TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF 05/2021	SINAPI	M2	3.300,00	R\$58,86	R\$73,58	R\$194.238,00	R\$242.814,00
3.8	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF 05/2021	SINAPI	M	82.000,00	R\$1,97	R\$2,46	R\$161.540,00	R\$201.720,00
3.9	17.06.31	PINTURA DE MEIO FIO, COM TINTA ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS	SUDECAP	M	31.000,00	R\$6,38	R\$7,98	R\$197.780,00	R\$247.380,00
3.10	70.20.010	ONDULAÇÃO TRANSVERSAL EM MASSA ASFÁLTICA - LOMBADA TIPO "A" - CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS SEM EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO	SP OBRAS	M2	460,00	R\$262,29	R\$327,86	R\$120.653,40	R\$150.815,60
3.11	42631	CONCRETO 25MPA	DEINFRA-SC	M3	520,00	R\$515,94	R\$644,93	R\$268.288,80	R\$335.363,60
3.12	65000068	LIMPEZA MANUAL INCLUSIVE VARRICAO	COPASA	M2	48.000,00	R\$1,27	R\$1,59	R\$60.960,00	R\$76.320,00
3.13	C171135-1	LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM VEGETACAO RASTEIRA, INCLUINDO ROCAGEM - BASEADO EM 00003/ORSE.	CAGEPA	M2	20.000,00	R\$6,09	R\$7,61	R\$121.800,00	R\$152.200,00
							<b>VALOR BDI TOTAL:</b>	<b>R\$783.536,47</b>	
							<b>VALOR ORÇAMENTO:</b>	<b>R\$3.133.535,71</b>	
							<b>VALOR TOTAL:</b>	<b>R\$3.917.072,18</b>	



**3.2** Para a solução em questão **não será adotada o parcelamento**, haja vista a possibilidade de elevado número de processos, contratos, o que pode onerar o trabalho da Administração, sob o ponto de vista do emprego de recursos humanos e da dificuldade de controle e fiscalização, colocando em risco a economia de escala e a celeridade processual e comprometendo a seleção da proposta mais vantajosa.

**3.2.1** A separação do objeto pode ocasionar prejuízos à Administração, quando não houver o sincronismo das prestações de serviços no que se refere aos fluxos, que podem ser interrompidos por eventuais desarmonias entre os prestadores, prejudicando o cronograma da Administração.

**3.2.2** Assim, embora exista a possibilidade de separação em itens, há um alto risco de prejuízo à eficiência da operação, e consequentemente a eficácia dos resultados pretendidos. Além disso, com a contratação de um único prestador é possível realizar o dimensionamento adequado do objeto necessário para a execução dos trabalhos, reduzindo perdas e ampliando a eficiência.

**3.2.3** Ademais, lidar com um único prestador diminui o custo administrativo de gerenciamento de todo o processo de contratação, tempestividade e garantias. Portanto, o parcelamento incorreria em aumento de custo administrativo.

**3.2.4** O custo estimado total da contratação é de **R\$3.917.072,18 (três milhões, novecentos e dezessete mil, setenta e dois reais e dezoito centavos)**, conforme planilha orçamentária anexa. A estimativa de preços foi elaborada em observância ao disposto no **art. 23, §1º, inciso III**, da Lei nº 14.133/2021, considerando como referência os valores vigentes no mês de **dezembro de 2025**. Para a composição dos custos foram utilizados os sistemas referenciais **SICRO – Sistema de Custos Referenciais de Obras** e **SINAPI**.

### **3.3 ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS**

**3.3.1** Os serviços compreendem a execução de **manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários para garantir a adequada sinalização das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA.

**3.3.2** A sinalização horizontal deverá ser executada por meio de pintura viária com tinta acrílica ou material termoplástico apropriado para pavimentação asfáltica ou de concreto, incluindo, entre outros elementos:

- faixas de pedestres;
- linhas de divisão de fluxo;
- linhas de retenção;
- marcações de vagas de estacionamento;
- setas indicativas;
- legendas e símbolos viários.

**3.3.3** A sinalização vertical compreende o fornecimento, instalação, reposição e manutenção de placas de regulamentação, advertência e indicação, incluindo:

- placas refletivas;
- suportes metálicos ou postes de fixação;
- dispositivos de fixação e fundação;
- substituição de placas danificadas ou furtadas.

**3.3.4** Os materiais utilizados deverão atender às especificações técnicas e normas aplicáveis do **Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)** e do **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, garantindo durabilidade, visibilidade e segurança viária.

**3.3.5** A execução dos serviços deverá observar critérios de qualidade, durabilidade, refletância e segurança, garantindo a adequada visibilidade da sinalização, inclusive em período noturno ou sob condições climáticas adversas.

## **4. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**



#### **4.1 Condições de execução**

##### **4.1.1 A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:**

##### **4.1.2 Início da execução do objeto: até 05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço.**

##### **4.1.2.1 Os serviços serão executados conforme demanda da Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil, mediante planejamento e priorização das vias com maior fluxo de veículos e pedestres.**

##### **4.1.2.2 Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:**

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical deverão ser executados conforme as seguintes etapas e procedimentos:

- a) **Levantamento técnico e diagnóstico das vias**, identificando trechos com sinalização desgastada, danificada ou inexistente;
- b) **Planejamento das intervenções**, com definição das áreas prioritárias, considerando fluxo de veículos, proximidade de escolas, unidades de saúde, cruzamentos e demais locais de maior risco viário;
- c) **Execução da sinalização horizontal**, compreendendo limpeza da superfície, demarcação e aplicação de tinta acrílica ou outro material apropriado para sinalização viária, com utilização de microesferas de vidro para garantir retrorrefletividade e visibilidade noturna;
- d) **Instalação, substituição ou manutenção da sinalização vertical**, incluindo fixação de placas de regulamentação, advertência e indicação, bem como reposição de suportes e dispositivos de fixação quando necessário;
- e) **Implantação de sinalização temporária de segurança**, durante a execução dos serviços, garantindo a segurança de trabalhadores, pedestres e condutores;
- f) **Verificação e controle de qualidade dos serviços executados**, assegurando conformidade com as normas técnicas e padrões estabelecidos pelos órgãos de trânsito, especialmente pelo Conselho Nacional de Trânsito e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

A execução dos serviços ocorrerá de forma contínua e sob demanda da Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil, mediante emissão de Ordem de Serviço, podendo incluir manutenções preventivas periódicas e intervenções corretivas sempre que identificada a necessidade de recomposição da sinalização viária.

##### **4.1.2.3 Local e horário da prestação de serviço**

Os serviços serão executados nas vias públicas urbanas e demais logradouros sob responsabilidade do Município de Porto Seguro/BA, conforme programação definida pela Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil.

A execução ocorrerá preferencialmente em dias úteis, no período diurno, podendo, quando necessário para minimizar impactos no tráfego urbano, ser realizada **em período noturno, finais de semana ou feriados**, mediante prévia autorização e programação da Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil.

#### **4.2 Materiais a serem disponibilizados**

**4.2.1** Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas, veículos e utensílios necessários, em quantidades suficientes e em conformidade com as especificações técnicas exigidas, responsabilizando-se pela sua manutenção, reposição e substituição sempre que necessário.

**4.2.2** Entre os materiais e equipamentos mínimos necessários à execução dos serviços, destacam-se:

- a) **Tintas específicas para sinalização viária**, acrílicas ou termoplásticas, adequadas para aplicação em pavimentos asfálticos ou de concreto;
- b) **Microesferas de vidro** ou materiais equivalentes destinados à retrorrefletividade da sinalização horizontal;
- c) **Placas de sinalização vertical** de regulamentação, advertência e indicação, confeccionadas em chapas metálicas com película refletiva;





- d) **Suportes metálicos, postes galvanizados, parafusos, abraçadeiras e demais dispositivos de fixação** necessários à instalação das placas;
- e) **Equipamentos de pintura viária**, incluindo máquinas de pintura mecanizada, pistolas de aplicação, compressores ou equipamentos equivalentes;
- f) **Equipamentos de sinalização temporária e segurança**, tais como cones, cavaletes, barreiras, fitas de isolamento e demais dispositivos destinados à organização do tráfego durante a execução dos serviços;
- g) **Veículos e equipamentos auxiliares** necessários ao transporte de materiais, deslocamento das equipes e execução das atividades.

**4.2.2.1** Todos os materiais utilizados deverão atender às especificações técnicas e padrões estabelecidos pelo **Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)** e pelo **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, garantindo qualidade, durabilidade e visibilidade adequada da sinalização.

#### **4.3 Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

**4.3.1** A demanda da Administração tem como base as seguintes características:

- a) necessidade contínua de manutenção e revitalização da sinalização viária existente, em razão do desgaste natural causado pelo tráfego intenso de veículos e pelas condições climáticas;
- b) necessidade de implantação ou adequação da sinalização viária em decorrência de alterações no sistema viário, criação de novas vias, reorganização do trânsito e intervenções urbanas;
- c) necessidade de garantir segurança viária, organização do fluxo de veículos e proteção de pedestres, especialmente em áreas de grande circulação, zonas escolares, unidades de saúde e vias de maior fluxo.

### **5. DA DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO**

**5.1** A contratação em tela visa a contratação de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA bem como dar sustentabilidade às atividades da Administração Pública, em suas atribuições finalísticas, cabendo o prazo da prestação do serviço ser mediante as necessidades apresentadas pela Administração Pública, considerando o ciclo de vida útil do objeto, com base nos princípios basilares insculpidos no art. 5º, da Lei nº 14.133/21.

### **6. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

**6.1** Os custos com a presente contratação correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

SECRETARIA	PROGRAMA	PROJETO	ELEMENTO	FONTE	VALOR
Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil	Melhoria da Mobilidade e acessibilidade urbana	1136	33.90.39.00	1500000	R\$3.917.072,18

### **7. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**7.1** Homologada a licitação, será lavrado um documento vinculativo obrigacional com força de compromisso para futura contratação, denominada Ata de Registro de Preços – ARP.

**7.2** Para assinatura da ARP, a adjudicatária deverá comprovar a manutenção das condições de regularidade demonstrada na habilitação.

**7.3** O órgão ou entidade gerenciadora da ata será **Secretaria Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil**

**7.4** O(s) órgão(s) participantes da ata serão os seguintes: **Secretaria Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil**

**7.5** A Adjudicatária terá até 05 (cinco) dias úteis contados da sua convocação para assinar a ARP, sob pena de decair o direito à contratação.



**7.6** O prazo para assinatura estipulado no subitem anterior poderá ser prorrogado por uma vez, por igual período, quando solicitado, durante seu transcurso, desde que haja motivo justificado, devidamente aceito pela Administração.

**7.7** É facultado ao Órgão ou Entidade Gerenciadora convocar os licitantes remanescentes quando o convocado não assinar a ARP no prazo e condições determinados no edital.

**7.8** A Ata de Registro de Preços (ARP) terá validade e vigência por 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período, desde que comprovado que o preço é vantajoso, podendo, neste caso, ter seu quantitativo originalmente previsto renovado, desde que:

- I. a possibilidade de renovação tenha sido expressamente prevista no edital
- II. a prorrogação ocorra dentro do prazo legal e da vigência estabelecida
- III. a vantajosidade econômica da prorrogação seja comprovada mediante justificativa

**7.8.1** Prevê-se a possibilidade de prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços para serviços, com renovação do quantitativo originalmente registrado, nos termos do art. 84 da Lei nº 14.133/2021, que admite a prorrogação quando prevista no edital e no instrumento convocatório, e em conformidade com o Parecer AGU nº 00002/2024, que consolidou o entendimento de que tal renovação não configura acréscimo quantitativo, mas repetição do objeto originalmente pactuado.

**7.8.2** A medida justifica-se pela natureza continuada da demanda por serviços e pelo dever da Administração de assegurar a continuidade da prestação, evitando a interrupção de atividades essenciais e garantindo o atendimento ao interesse público. Ademais, essa previsão atende ao princípio do planejamento (arts. 5º e 12, II, da Lei 14.133/2021), permitindo que a Administração avalie previamente os impactos financeiros, a necessidade real do serviço no período prorrogado e a vantajosidade econômica da medida.

**7.8.3** Por fim, essa previsão garante maior segurança jurídica e transparência, vinculando o ato de prorrogação às condições previamente definidas no edital e na ata, com análise técnica, vantajosidade comprovada e decisão formal em processo administrativo instruído com parecer jurídico, em consonância com a legislação e as orientações de controle externo.

**7.9** A nota de empenho ou outro instrumento hábil poderá substituir o instrumento de contrato, nos termos do art. 95, II, da Lei nº 14.133/2021.

**7.10** A ARP será lavrada em 02 (duas) vias.

**7.11** A ARP a ser celebrada, conforme Minuta integrante do Edital, conterá, dentre suas cláusulas, as de: o órgão ou a entidade gerenciadora, o detentor, o objeto registrado, o valor total, os órgãos ou as entidades participantes, os preços unitários de mercado e registrados, as marcas registradas e os endereços de entrega, as obrigações, as sanções, as condições a serem praticadas e a diferença percentual entre o preço de mercado e o registrado, quando for o caso.

**7.12** A ARP, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer Órgão não Participante, observada a legislação vigente.

**7.13** As contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens constantes do instrumento convocatório e registrados na ARP.

**7.14** As contratações adicionais não poderão exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ARP independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.

## **8. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA**

**8.1** O prazo de vigência da ata será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período.

**8.2** O prazo de execução será de 1 (um) ano, contado do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, e poderá ser prorrogada por igual período.

**8.3** Na hipótese de formalização de contrato administrativo decorrente da Ata de Registro de Preços, o prazo de vigência contratual será de até 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

## **9. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**



**9.1** Para que o objeto da contratação seja efetivado, é necessário o atendimento de alguns requisitos de acordo com as suas características, dentre eles os de qualidade e capacidade de execução pelo contratado, minimamente os dispostos nos artigos 62, 66, 67, 68 e 69 da Lei Federal 14.133/2021.

**9.2** Sendo assim, os documentos exigidos serão:

**9.2.1 Habilitação jurídica:**

**a)** No caso de pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional, salvo quando a contratação exigir capital social mínimo e estrutura mínima, com equipamentos, instalações e equipe de profissionais ou corpo técnico para a execução do objeto incompatíveis com a natureza profissional da pessoa física, conforme demonstrado em estudo técnico preliminar;

**b)** No caso de empresário individual, inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**c)** No caso de sociedade empresária ou empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado na Junta Comercial da respectiva sede, acompanhado de documento comprobatório de seus administradores;

**d)** Inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz, no caso de ser o participante sucursal, filial ou agência;

**e)** No caso de sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil das Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de prova da indicação dos seus administradores;

**f)** Decreto de autorização, em se tratando de sociedade empresária estrangeira em funcionamento no País;

**g)** No caso de exercício de atividade não listadas nos itens acima: ato de registro ou autorização para funcionamento expedido pelo órgão competente, nos termos da legislação pertinente.

**h)** No caso de sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social em vigor, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, bem como o registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 1971.

**i)** Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

**j)** **Ou outros meios legítimos de comprovação de existência jurídica da pessoa.**

**9.2.2** Os documentos acima deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**9.2.3 Participação de Consórcios**

**9.2.3.1** Tratando-se de **serviço comum** com baixa complexidade, julga-se não haver necessidade de participação de licitante na forma de consórcio.

**9.3 Regularidade fiscal, social e trabalhista:**

**a.** Prova de inscrição no Cadastro de Pessoas Físicas ou no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas;

**b.** Certidão negativa de débitos relativos aos tributos federais e à dívida ativa da União;

**c.** Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

**d.** Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

**e.** Prova de inscrição no cadastro de contribuintes municipal ou estadual, relativo ao domicílio ou sede do licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;



- f. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- g. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do licitante, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- h. Declaração de cumprimento ao disposto no Inciso XXXIII do artigo 7º da Constituição Federal e outras que forem necessárias.
- i. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- j. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

**9.3 Qualificação Econômico-Financeira:**

- a) Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do licitante;
- b) Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, já exigíveis e apresentados na forma da lei, que comprovem a boa situação financeira da empresa, vedada a sua substituição por balancetes ou balanços provisórios, podendo ser atualizados por índices oficiais quando encerrado há mais de 3 (três) meses da data de apresentação da proposta;
  - b.1) No caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos, os documentos exigidos acima, limitar-se-á ao último exercício;
  - b.2) No caso de empresa constituída no exercício social vigente, admite-se a apresentação de balanço patrimonial e demonstrações contábeis referentes ao período de existência da sociedade;
  - b.3) É admissível o balanço intermediário, se decorrer de lei ou contrato/estatuto social;
  - b.4) Caso o licitante seja cooperativa, tais documentos deverão ser acompanhados da última auditoria contábil-financeira, conforme dispõe o artigo 112 da Lei nº 5.764, de 1971, ou de uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador;
- c) Comprovação da boa situação financeira da empresa mediante obtenção de índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), superiores a 1 (um), comprovados mediante a apresentação pelo licitante de balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais e obtidos pela aplicação das seguintes fórmulas:

LG =	Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
SG =	Ativo Total
	Passivo Circulante + Passivo Não Circulante
LC =	Ativo Circulante
	Passivo Circulante

- c.1) As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º);
- c.2) O balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, §6º)
- c.3) Os índices estabelecidos atendem ao disposto no art. 69 da Lei n. 14.133/21 uma vez que permitem a comprovação de uma avaliação mais precisa da situação financeira da empresa de forma objetiva, os mesmos foram estabelecidos observando percentuais usualmente adotados no mercado para a avaliação da situação financeira das empresas e não frustram ou restringem o caráter competitivo do certame, pois foram estabelecidos em patamares mínimos aceitáveis, com intuito de garantir a continuidade da execução dos serviços, objeto desta licitação.





d) As empresas que apresentarem resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), deverão comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação ou do item pertinente.

#### **9.4 Qualificação Técnica:**

a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, ou outro conselho profissional competente, em plena validade, quando aplicável à natureza dos serviços contratados.

b) Comprovação de aptidão para execução de serviço de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

b.1) Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

SEQ	DESCRIÇÃO	UNID	QUANT.
1.	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL - ESPESSURA DE 1,5 MM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO	M²	725,00
2.	CONCRETO 25MPA	M3	260,00
3.	PINTURA EM QUEBRA MOLAS E LOMBADAS - TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	M2	1650,00
4.	PINTURA DE MEIO FIO, COM TINTA ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS	M	15500,00
5.	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA RETANGULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	M2	130,00
6.	EXECUÇÃO DE PINTURA DE SETAS E ZEBRADOS COM TERMOPLÁSTICO APLICADO POR EXTRUSÃO NA COR BRANCA - ESP. = 3,0 MM	M²	800,00
7.	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	M	41000,00
8.	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA CIRCULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	M2	130,00

b.2) Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

b.3) Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

b.4) O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

**9.4.1** A documentação de qualificação técnica, conforme Art. 67, inciso II, da lei 14.133/2021, será restrita a: certidões ou atestados, regularmente emitidos pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que demonstrem capacidade operacional na execução de serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior, bem como documentos comprobatórios emitidos na forma do § 3º do art. 88 desta Lei.

#### **9.5 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-OPERACIONAL**

**9.5.1.1** Comprovação de que a licitante possui experiência e capacidade operacional para o desempenho de serviços com as características semelhantes às descritas no objeto do presente certame, com quantidades e prazos compatíveis ao objeto da licitação, além da indicação das instalações, do aparelhamento e do pessoal técnico adequado e disponível para realização do objeto.

#### **9.6 QUALIFICAÇÃO TÉCNICA-PROFISSIONAL**

**9.6.1.1** Refere-se à experiência que o profissional indicado como responsável técnico pela execução dos serviços desta contratação possui na execução anterior de empreendimentos similares em complexidade



**9.6.1.2** A Licitante deverá indicar 1 (um) Engenheiro Civil ou Arquiteto com certidão atualizada, comprovando o registro ou a inscrição no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia - CREA e/ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo - CAU.

**9.6.1.3** A comprovação da experiência profissional deverá ser feita mediante apresentação de atestado(s) de boa execução, emitido(s) por pessoa jurídica de direito público ou privado, em que conste os serviços requeridos, devidamente acompanhado(s) da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico - CAT, emitida(s) pelo conselho profissional competente em nome do profissional indicado, comprovando que este tenha exercido a função de responsável técnico pelos serviços.

**9.6.1.4** Cada profissional poderá representar apenas uma única empresa, sob pena de inabilitação das Licitantes;

**9.6.1.5** O profissional indicado deve pertencer ao quadro da Licitante na data prevista para a entrega da proposta, comprovando por meio de uma das formas abaixo:

**9.6.1.6** Sócio: Contrato Social devidamente registrado no órgão competente;

**9.6.1.7** Diretor: cópia do Contrato Social, em se tratando de firma individual ou limitada, ou cópia da ata de eleição devidamente publicada na imprensa, em se tratando de sociedade anônima;

**9.6.1.8** Empregado: cópia atualizada da Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS ou Contrato de Trabalho em vigor;

**9.6.1.9** Profissional contratado: contrato de prestação de serviço;

**9.6.1.10** Profissional a ser contratado: Contrato de prestação de serviço futuro, declarando que profissional indicado integrará o quadro da Licitante como responsável técnico, caso a empresa venha a ser contratada;

**9.6.1.11** Responsável Técnico: mediante apresentação de um dos seguintes documentos:

**9.6.1.12** Cópia da Certidão expedida pela Conselho Profissional competente da sede ou filial da Licitante onde consta o registro do profissional como Responsável Técnico;

**9.6.1.13** Ficha de Registro do Empregado - FRE, devidamente registrada no Ministério do Trabalho;

**9.6.1.14** Carteira de Trabalho e Previdência Social - CTPS, em nome do profissional;

**9.6.1.15** Contrato Social ou último aditivo se houver.

**9.6.1.16** Em caso haja substituição do responsável técnico, o profissional indicado deverá participar da execução dos serviços como responsável técnico, admitindo-se sua substituição por profissional com experiência equivalente ou superior, após prévia autorização da Contratante, quando deve ser avaliada a manutenção das condições de habilitação.

## **9.6.2 Equipe mínima**

**9.6.2.1.1** A equipe técnica mínima exigida para execução dos serviços conforme lista a seguir:

### **I. Administração Local:**

- **Encarregado Geral:** Responsável pela coordenação, acompanhamento e fiscalização da execução dos serviços de manutenção da sinalização viária, garantindo o cumprimento das especificações técnicas e normas de segurança.
- **Pedreiro:** Executa serviços de implantação, reparo e recomposição de bases, suportes e demais elementos civis necessários à manutenção da sinalização viária.
- **Ajudante de Pedreiro:** Auxilia o pedreiro na execução dos serviços, realizando atividades de apoio operacional, transporte de materiais, preparação de locais e limpeza da área de trabalho.

**9.6.2.1.2** Conforme orientação Acórdão nº 2.622/2013-TCU-Plenário e Manual de Custos de Infraestrutura de Transportes do SICRO, a administração local será remunerada proporcionalmente a execução da obra, abstendo-se de remuneração por valores fixos mensais. Dessa forma, os pagamentos referentes à administração local serão realizados conforme a execução financeira do serviço.

## **9.7 Sustentabilidade**

**9.7.1** Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, a Contratada deverá observar, sempre que aplicável, práticas que minimizem impactos ambientais durante a execução dos serviços.



**9.7.2** Deverão ser adotadas, sempre que possível, as seguintes medidas:

- a) utilização de **materiais e insumos que atendam às normas ambientais vigentes**, especialmente no que se refere às tintas de sinalização viária e demais componentes utilizados;
- b) **destinação ambientalmente adequada de resíduos** eventualmente gerados durante a execução dos serviços, tais como embalagens, restos de materiais e placas substituídas;
- c) **uso racional de recursos**, incluindo água, energia e insumos utilizados nas atividades de manutenção da sinalização;
- d) adoção de procedimentos que **reduzam desperdícios de materiais e promovam maior durabilidade da sinalização viária**.

**9.7.3** A execução dos serviços deverá observar a legislação ambiental vigente e as boas práticas de sustentabilidade aplicáveis às atividades contratadas.

#### **9.7.4 Gestão e Destinação de Resíduos**

**9.7.4.1** A CONTRATADA será integralmente responsável pela correta gestão, acondicionamento, transporte e destinação final ambientalmente adequada de todos os resíduos gerados durante a execução dos serviços, incluindo, mas não se limitando a:

I – sobras de tintas e solventes;

II – embalagens de produtos químicos;

III – resíduos metálicos provenientes de placas, suportes e dispositivos substituídos;

IV – demais materiais inservíveis oriundos das atividades executadas.

**9.7.4.2** A destinação dos resíduos deverá observar integralmente as disposições da Lei nº 12.305/2010, bem como demais normas ambientais federais, estaduais e municipais aplicáveis.

**9.7.4.3** A CONTRATADA deverá, sempre que solicitado pela fiscalização, comprovar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos por meio de documentos válidos, tais como manifestos de transporte de resíduos, certificados de destinação final ou documentos equivalentes emitidos por empresas licenciadas.

**9.7.4.4** O descumprimento das obrigações ambientais poderá ensejar a aplicação de sanções contratuais, sem prejuízo das responsabilidades civil, administrativa e penal previstas na legislação vigente.

#### **9.8 Da subcontratação**

**9.8.1** Será admitida a subcontratação parcial, desde que não parte essencial do serviço.

#### **9.9 Da garantia da proposta**

**9.9.1** Será exigida, no momento da apresentação da proposta, a comprovação do recolhimento de quantia a título de garantia de proposta, como requisito de pré-habilitação, haja vista o objetivo de evidenciar a seriedade da oferta apresentada pelo licitante e assegurar a Administração de eventuais prejuízos, caso a assinatura do contrato não ocorra por parte do concorrente vencedor.

**9.9.2** A garantia de proposta será de **1% (um por cento)** do valor estimado para a contratação.

**9.9.3** A garantia de proposta será devolvida aos licitantes no prazo de 10 (dez) dias úteis, contado da assinatura do contrato ou da data em que for declarada fracassada a licitação.

**9.9.3.1** Implicará execução do valor integral da garantia de proposta a recusa em assinar o contrato ou a não apresentação dos documentos para a contratação.

**9.9.3.2** A garantia de proposta poderá ser prestada nas modalidades de que trata o § 1º do art. 96 da Lei nº 14.133/21.

#### **9.10 Da garantia do contrato**

**9.10.1** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

### **10. FORMAS E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR:**

**10.1** A contratação será realizada por meio da modalidade **Pregão Eletrônico**, tendo em vista que o objeto consiste na prestação de **serviços comuns**, cujos padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos no edital, por meio de especificações usuais de mercado, nos termos da Lei nº 14.133/2021.

**10.2** O critério de julgamento das propostas será o de **menor preço**, considerando que os serviços possuem características padronizadas e comparáveis entre si, permitindo a seleção da



proposta mais vantajosa para a Administração mediante a oferta do menor valor global para a execução do objeto.

**10.2.1** A contratação, via **Pregão Eletrônico**, é a opção da **modalidade licitatória** escolhida e consagra os princípios da ampla competitividade, concorrência e obtenção da proposta mais vantajosa à Administração. Desse modo, amplia a possibilidade de competição entre empresas do ramo pretendido para a prestação do serviço, que visa à consecução do interesse público.

**10.3** O julgamento da proposta deverá ser do tipo MENOR PREÇO GLOBAL.

## **11. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO**

**11.1** O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 15.263/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

**11.2** Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

**11.3** As comunicações entre o órgão ou entidade a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

**11.4** O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

**11.5** Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

**11.6** A execução decorrente desta contratação, será acompanhada e **fiscalizada** pelo **servidor Robson Mota Ribeiro**, Assessor Especial, **Matrícula 9447964**, dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

**11.7** O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

**11.8** O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**11.9** O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

**11.10** Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

**11.11** O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

**11.12** No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

**11.13** O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.

**11.14** O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

**11.15** O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de





apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

**11.16** A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

**11.17** O **gestor do contrato**, será o **servidor Luciane Minetto da Costa, matrícula 9760131**, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

**11.17.1** Analisar a documentação que antecede o pagamento;

**11.17.2** Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

**11.17.3** Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

**11.17.4** Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

**11.17.5** Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

**11.17.6** Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens;

**11.18** O contratado deverá indicar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

**11.19** O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato.

## **11.20 Detalhamento do Procedimento de Medição dos Serviços**

**11.21.1** A aferição e medição dos serviços executados deverão ser realizadas com base em critérios objetivos, mensuráveis e verificáveis, observando-se rigorosamente a correspondência entre os serviços efetivamente executados e aqueles apresentados para fins de faturamento pela CONTRATADA.

**11.21.2** Para fins de medição e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, relatório técnico de execução, devidamente padronizado e assinado pelo responsável técnico, contendo, no mínimo:

I – descrição detalhada dos serviços executados, com identificação precisa dos locais atendidos;

II – quantitativos executados por item contratual, em conformidade com a planilha orçamentária;

III – registro fotográfico georreferenciado, contendo imagens anteriores, durante e posteriores à execução dos serviços;

IV – georreferenciamento dos pontos onde foram realizadas as intervenções, mediante coordenadas geográficas ou sistema equivalente;

V – data de execução dos serviços e identificação da equipe responsável.

**11.21.3** Os relatórios apresentados pela CONTRATADA constituirão documento essencial para fins de medição e deverão ser previamente analisados e validados pelo fiscal do contrato, que verificará a conformidade das informações com a execução in loco, podendo, para tanto, realizar diligências, inspeções, registros complementares ou solicitar esclarecimentos.

**11.21.4** A aprovação da medição ficará condicionada à plena conformidade da documentação apresentada, sendo que a ausência, insuficiência ou inconsistência das informações exigidas poderá ensejar a glosa parcial ou total da medição, bem como a suspensão do pagamento até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

**11.21.5** O procedimento de medição ora estabelecido tem por finalidade garantir a rastreabilidade, transparência, controle e fidedignidade dos serviços executados, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da administração pública previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **12. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

### **12.1 Do recebimento**

**12.1.1** Os **serviços serão recebidos provisoriamente**, no prazo de 30 (trinta) **dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.



**12.1.2** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**12.1.3** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**12.1.4** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**12.1.5** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**12.1.6** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**12.1.7** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**12.1.8** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**12.1.9** Os **serviços serão recebidos definitivamente** no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**12.1.9.1** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**12.1.9.2** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**12.1.9.3** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e

**12.1.9.4** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**12.1.10** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**12.1.11** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**12.1.12** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**12.1.13** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **13. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**



### **Liquidação**

**13.1** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**13.2** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**13.3** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**13.3.1** o prazo de validade;

**13.3.2** a data da emissão;

**13.3.3** os dados do contrato e do órgão contratante;

**13.3.4** o período respectivo de execução do contrato;

**13.3.5** o valor a pagar; e

**13.3.6** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**13.4** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**13.5** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.\_

**13.6** A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**13.7** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**13.8** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**13.9** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**13.10** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

### **Prazo de pagamento**

**13.11** O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**13.12** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**13.13** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**13.13.1** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**13.13.2** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.



**13.13.2.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**13.14** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Observações**

**13.15** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**13.15.1** não produzir os resultados acordados,

**13.15.2** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**13.15.3** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**13.16** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**13.16.1** Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

**13.16.2** Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

**13.16.3** Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

#### **14. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES**

##### **14.1 Das obrigações do Órgão ou da Entidade Gerenciadora**

**14.1.1** Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do Registro de Preços (RP), em especial:

**14.1.1.1** realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

**14.1.1.2** aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

**14.1.1.3** consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

**14.1.1.4** realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

**14.1.1.5** confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

**14.1.1.6** promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes

**14.1.1.7** remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto nesta seção;

**14.1.1.8** gerenciar a ata de registro de preços;

**14.1.1.9** conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

**14.1.1.10** deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

**14.1.1.11** verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto nesta seção e indeferir os pedidos que não o atendam;



**14.1.1.12** aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;

**14.1.1.13** aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e

**14.1.1.14** aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto de 90 dias para o órgão ou a entidade não participante efetivar a aquisição ou a contratação solicitada

**14.1.1.15** Os procedimentos de que tratam os itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4 serão efetivados anteriormente à elaboração do edital.

**14.1.1.16** O órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os itens 14.1.1.4 e 14.1.1.7.

**14.1.1.17** O exame e a aprovação das minutas do edital, serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão ou da entidade gerenciadora.

**14.1.1.18** O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o item 14.1.1.3.

**14.2 Das obrigações dos Órgãos Participantes**, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

**14.2.1** - registrar no RP sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

a) das especificações do item ou do termo de referência adequado ao registro de preços do qual pretende participar;

b) da estimativa de consumo; e

c) do local de entrega;

**14.2.2** garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

**14.2.3** solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o item 14.2.1 e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

**14.2.4** manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório;

**14.2.5** auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4;

**14.2.6** tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

**14.2.7** assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

**14.2.8** zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

**14.2.9** aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora; e

**14.2.10** prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

**14.3 Das obrigações do fornecedor**





- 14.3.1** Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes.
- 14.3.2** Atender, no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.
- 14.3.3** Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.
- 14.3.4** Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no sítio eletrônico oficial pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.
- 14.3.5** Realizar o(s) fornecimento(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e nesta ARP.
- 14.3.6** Garantir a boa qualidade do objeto contratado, respondendo por qualquer deterioração, readequando-o sempre que for o caso.
- 14.3.7** O fornecedor deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento desta ARP.
- 14.3.8** Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- 14.3.9** Entregar, o(s) laudo(s) de análise do(s) produto(s), quando necessário e exigido pela Administração, durante a execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- 14.3.10** Manter, durante toda a vigência desta ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão ou Entidade Gerenciadora ou Órgão Participante, quando solicitadas.
- 14.3.11** Comunicar ao Órgão ou Entidade Gerenciadora toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 14.3.12** Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 14.3.13** Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 14.3.14** Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 14.3.15** Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão ou Entidade Gerenciadora ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão ou Entidade Gerenciadora e Órgãos Participantes.
- 14.3.16** Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

## **15. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA**

### **15.1 A CONTRATADA obriga-se a:**

**15.1.1** Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste Contrato e na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021:

**15.1.2** Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, em sua proposta e nas normas técnicas aplicáveis, utilizando todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**15.1.3** Realizar a implantação, manutenção, recuperação e substituição da sinalização horizontal (pintura de faixas, demarcações viárias, símbolos e legendas) e vertical (placas, suportes e



dispositivos auxiliares), garantindo visibilidade, durabilidade, legibilidade e conformidade com as normas do Conselho Nacional de Trânsito;

**15.1.4** Empregar materiais, insumos e técnicas adequadas (tintas, termoplásticos, películas refletivas e demais componentes), assegurando qualidade, aderência, retrorrefletividade e resistência ao desgaste;

**15.1.5** Sinalizar, isolar e organizar adequadamente as áreas de intervenção durante a execução dos serviços, garantindo a segurança de pedestres, condutores e trabalhadores;

**15.1.6** Atender às ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE, inclusive em situações emergenciais, dentro dos prazos estabelecidos;

**15.1.7** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

**15.1.8** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados, por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

**15.1.9** Utilizar empregados devidamente habilitados, capacitados e treinados para a execução dos serviços, observando as normas técnicas, de segurança do trabalho e de trânsito vigentes;

**15.1.10** Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitado, a relação nominal dos empregados envolvidos na execução dos serviços, devidamente identificados por crachá ou outro documento equivalente;

**15.1.11** Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais encargos previstos na legislação específica;

**15.1.12** Instruir seus empregados quanto à obrigatoriedade de cumprir as orientações da Administração, inclusive normas internas e de segurança;

**15.1.13** Relatar imediatamente à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução dos serviços que possa comprometer a segurança viária ou a adequada prestação do objeto;

**15.1.14** Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nem permitir trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres;

**15.1.15** Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;

**15.1.16** Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar os serviços, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, nos termos da legislação vigente;

**15.1.17** Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE;

**15.1.18** Elaborar e apresentar relatórios periódicos das atividades executadas, contendo, no mínimo, locais atendidos, tipos de serviços realizados, quantitativos e materiais empregados;

**15.1.19** Cumprir integralmente as normas ambientais e de destinação adequada de resíduos decorrentes das atividades executadas.

**15.1.20** Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA em estrita observância às condições, especificações, metodologias e prazos estabelecidos no Termo de Referência.

**15.1.21** As características técnicas e operacionais constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA vinculam a execução do objeto contratual, obrigando sua fiel observância.

## **16. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE**

**16.1** A CONTRATANTE obriga-se a:

**16.1.1** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;

**16.1.2** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;

**16.1.3** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem



como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

**16.1.4** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

**16.1.5** Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;

#### **17. DA GARANTIA DO SERVIÇO**

**17.1** Os serviços executados deverão possuir garantia mínima quanto à qualidade, durabilidade e adequação técnica dos materiais aplicados e dos serviços realizados, observando-se as normas técnicas pertinentes, especialmente as disposições do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e demais normas aplicáveis.

**17.2** Uma vez notificada pela Contratante acerca da existência de falhas, defeitos, inconformidades, desgaste prematuro ou execução inadequada dos serviços, a Contratada deverá promover, às suas expensas, a correção, reparação, refazimento ou substituição dos serviços e materiais considerados irregulares, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.

**17.3** O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada da Contratada, desde que aceita pela Contratante.

**17.4** Durante o período necessário à correção das inconformidades apontadas, a Contratada deverá adotar imediatamente medidas provisórias de segurança e sinalização, visando garantir a adequada orientação dos usuários das vias e a continuidade das condições mínimas de segurança viária.

**17.5** Todos os custos relacionados à correção, substituição, remoção, transporte, reaplicação de materiais, mobilização de equipes, equipamentos e demais despesas necessárias ao saneamento das irregularidades correrão integralmente por conta da Contratada.

**17.6** A garantia dos serviços executados possuirá vigência própria e independente da vigência contratual, permanecendo a Contratada responsável pela correção de vícios, defeitos ou falhas identificadas dentro do prazo de garantia, ainda que encerrado o contrato administrativo.

**17.7** A Contratada deverá fornecer à Contratante, quando solicitado, relatório ou documento equivalente contendo a descrição dos serviços executados, materiais aplicados, locais de intervenção e respectivos prazos de garantia, de forma clara e objetiva.

**17.8** A Contratada deverá disponibilizar canal de comunicação eficiente para recebimento de solicitações, notificações e chamados relacionados à garantia dos serviços executados, comprometendo-se a manter registro atualizado das ocorrências, contendo descrição da demanda, data da comunicação e providências adotadas.

#### **18. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

**18.1** O Município de Porto Seguro reserva-se no direito de impugnar a prestação do serviço, se esses não estiverem de acordo com as especificações contidas neste Termo de referência.

**18.2** Os casos omissos serão resolvidos com base nos dispositivos constantes na Lei 14.133/2021 e no Decreto Municipal 15.263/2023.

**18.3** Fica eleito o foro da Comarca de Porto Seguro como único e competente para dirimir quaisquer demandas do presente contrato, por mais privilegiado que outro possa ser.

**Robson Mota Ribeiro**

Assessor Especial - Matrícula 9447964

**APROVO o presente Termo de Referência, cuja finalidade é subsidiar a contratação de todas as informações necessárias ao fornecimento, estando presentes os elementos necessários à identificação do objeto e todos os critérios para contratação de forma clara e concisa, além de cumprir com o determinado na legislação.**

---

**Denisson Matos Rocha**

**Secretário Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



ANEXO II  
MODELO DE PROPOSTA DE PREÇOS

MODALIDADE PREGÃO ELETRÔNICO Nº XXX/20XX		
RAZÃO SOCIAL:		
CNPJ:	INSCRIÇÃO ESTADUAL:	
ENDEREÇO:		
TELEFONE:	EMAIL:	
BANCO (NOME/Nº)	AGÊNCIA Nº:	CONTA CORRENTE Nº:
VALIDADE DA PROPOSTA DE PREÇOS:		
DESPESAS RELATIVAS A PESSOAL XX% E INSUMOS XX%		

ITEM	DISCRIMINAÇÃO	UND.	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL
1	A DESCRIÇÃO DEVERÁ SER CONFORME TABELA DO ITEM 3, DO TERMO DE REFERÊNCIA				

A empresa XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX, declara que estão corretas a composição de custos com mão de obras e insumos expressas na proposta de preços apresentada.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).

**OBS:** Nos termos do instrumento convocatório, deverá ser apresentada, sob pena de desclassificação, declaração de que suas propostas econômicas compreendem a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas, conforme disposição do artigo 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021.



**ANEXO II.1 – MODELO DE COMPOSIÇÃO DE PREÇOS UNITÁRIOS**

Nº DO PROCESSO:		
LICITAÇÃO Nº:		
DATA:		
A	Data de apresentação na proposta (dia/mês/ano)	
B	Município/UF	
C	Ano acordo, convenção ou sentença normativa em dissídio coletivo	
D	Quantidade de meses da execução contratual	12 meses
Tipo de serviço		Un. de medida
		Posto
Qtde. total a contratar		
Mão-de -obra vinculada à execução contratual		
1	Tipo de serviço (mesmo serviço com característica distintas)	
2	Salário normativo da categoria profissional	
3	Categoria profissional (vinculada à execução contratual)	
4	Data Base da Categoria (dia/mês/ano)	
5	Regime de Tributação	
PLANILHA DE CUSTO E FORMAÇÃO DE PREÇOS		
MÓDULO 1- COMPOSIÇÃO DA REMUNERAÇÃO		%
A	Salário base (poderá ser proporcional se a carga horária exigida for inferior àquela fixada na CCT)	R\$
B	Adicional de periculosidade	30,00%
C	Adicional noturno	
D	Súmula 444 TST (feriados trabalhados)	R\$
E	Hora noturna adicional	
F	Intervalo intrajornada	
G	Outros	
TOTAL DO MÓDULO 1		
MÓDULO 2- BENEFÍCIOS MENSIS E DIÁRIOS		R\$
A	Auxílio transporte	R\$ 0,00
B	Auxílio-alimentação	R\$ 28,00
C	Assistência médica e familiar (plano de saúde)	
D	Fundo social e odontológico	
E	Outros	
TOTAL DO MÓDULO 2		





ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



MÓDULO 3- INSUMOS DIVERSOS		R\$
A	Uniforme	
B	Equipamentos/Instrumentos	
C	Outros (especificar)	
TOTAL DO MÓDULO 3		
MÓDULO 4- ENCARGOS SOCIAIS TRABALHISTAS		
SUBMÓDULO 4.1 ENCARGOS PREVIDENCIARIOS E FGTS		R\$
A	INSS	R\$
B	SESI OU SESC	R\$
C	SENAI OU SENAC	R\$
D	INCRA	R\$
E	SALARIO EDUCAÇÃO	R\$
F	FGTS	R\$
G	SEGURO DE ACIDENTE DE TRABALHO (RATx FAP) (Lei 8.212/91)	R\$
H	SEBRAE	R\$
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.1		0,00% R\$
SUBMÓDULO 4.2 - 13º (DÉCIMO TERCEIRO) SALÁRIO		R\$
A	13º salário	R\$
	SUBTOTAL	R\$
B	Incidência dos encargos submódulo 4.1 sobre o 13º salário	R\$
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.2		0,00% R\$
SUBMÓDULO 4.3 AFASTAMENTO MATERNIDADE		R\$
A	Afastamento maternidade	
B	Incidência do submódulo 4.1 sobre o afastamento maternidade	
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.3		0,00% R\$
SUBMODULO 4.4 PROVISÃO PARA RESCISÃO		R\$
A	Aviso prévio indenizado	R\$
B	Incidência do FGTS sobre o aviso prévio indenizado	R\$
C	Multa sobre FGTS e contribuições sociais sobre do aviso prévio indenizado	R\$
D	Aviso prévio trabalhado	R\$
E	Incidência do submódulo 4.1 sobre o aviso prévio trabalhado	R\$
F	Multa do FGTS do aviso prévio trabalhado	R\$
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.4		0,00% R\$
SUBMÓDULO 4.5 COMPOSIÇÃO DO CUSTO DE REPOSIÇÃO DO PROFISSIONAL AUSENTE		R\$
A	Férias e terço constitucional de férias	R\$
B	Ausência por doença	R\$
C	Licença paternidade	R\$
D	Ausências legais	R\$
E	Ausência por acidente de trabalho	R\$



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



	SUBTOTAL		R\$
F	Incidência dos encargos do submódulo 4.1 sobre o custo de reposição do profissional ausente		R\$
TOTAL DO SUBMÓDULO 4.5		0,00%	R\$
QUADRO-RESUMO-MODULO 4 ENCARGOS SOCIAIS E TRABALHISTA		%	R\$
4.1	13º salário	0,00%	R\$
4.2	Encargos previdenciários e FGTS	0,00%	R\$
4.3	Afastamento maternidade	0,00%	R\$
4.4	Custo de rescisão	0,00%	R\$
4.5	Custo de reposição de profissional ausente	0,00%	R\$
TOTAL DO MÓDULO 4		0,00%	R\$
MÓDULO 5- CUSTOS INDIRETOS, TRIBUTOS E LUCRO			R\$
A	Custos indiretos		R\$
B	Lucro		R\$
C	Tributos		
C. 1	Tributos Federais (especificar)		R\$
C. 2	Tributos Estaduais (especificar)		R\$
C. 3	Tributos Municipais (especificar)		R\$
C. 4	Outros (especificar)		R\$
TOTAL DO MÓDULO 5			R\$
Mão-de-obra vinculada a execução do custo por empregado			
A	Módulo 1- Composição da Remuneração		R\$
B	Módulo 2- Benefícios Mensais e Diários		R\$
C	Módulo 3- Insumos Diversos (uniformes, materiais, equipamentos e outros)		R\$
D	Módulo 4- Encargos Sociais e Trabalhistas		R\$
	Subtotal (módulo A+B+C+D)		R\$
E	Módulo 5- Custos indiretos, tributos e lucro		R\$
VALOR TOTAL POR EMPREGADO			R\$



**ANEXO III - MINUTA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XXXXXXXX**

○ **MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO**, Estado da Bahia, com sede a Rua Alfredo Dutra, nº 01, Bairro Centro, Porto Seguro- Bahia, CEP: 45.810-000 devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ sob o nº 13.635.016/0001-12**, neste ato representado pelo **Secretário Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil Srº DENISSON MATOS ROCHA**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS nº XXX/20XX, Processo Administrativo XXX/20XX**, RESOLVE registrar os preços da empresa **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, pessoa jurídica de direito privado, com sede na **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, inscrita no CNPJ/MF sob nº. **XXXXXXXXXXXXXXXXXX**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXXXXXXX** (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, atendendo as condições previstas no edital, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e suas alterações, no Decreto Municipal n. 15.263/23 de 29 de dezembro de 2023, e em conformidade com as disposições a seguir:

**1. DO OBJETO**

**1.1.** A presente Ata tem por objeto Registro de Preços para a futura e eventual Contratação de **empresa especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA**, conforme condições, especificações, quantitativos e exigências estabelecidas neste instrumento, no Edital e seus Anexos

**1.2.** O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal n. 15.263/2023, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

**2.1.** O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

1- ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE
1.1	54.40.01	LOCAÇÃO VEÍCULO TIPO PICAPE LEVE COM SEGURO	SUDECAP	MES	12,00
1.2	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	720,00
1.3	88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	3.300,00
1.4	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	1.700,00
1.5	COM-00108287	LOCAÇÃO CAMINHAO BAU	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	MES	12,00

2- SINALIZAÇÃO VERTICAL					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE
2.1	5213464	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA RETANGULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO	SICRO NOVO	M2	260,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



		INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)			
2.2	COM-05024177	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA CIRCULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	M2	260,00
2.3	M3229	PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI (SINAL IMPRESSO COM PELÍCULA DE SOBREPOSIÇÃO TIPO V)	SICRO NOVO	M²	345,00
2.4	C3896	LIMPEZA DE PLACA DE SINALIZAÇÃO	SEINFRA	M2	12.500,00
2.5	5213414	PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI – CONFECÇÃO	SICRO NOVO	M²	200,00
2.6	S00799	POSTE EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, PESADO, D=2" (50MM), ALTURA ÚTIL=2,50M, ALTURA TOTAL=3,20M	ORSE	UN	240,00
2.7	COM-68030445	POSTE MADEIRA ROLIÇA ( EUCALIPTO COM TRATAMENTO ) ( H = 3,0 M ) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	UN	250,00

**3- SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANTIDADE
3.1	5213358	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL - ESPESSURA DE 1,5 MM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO	SICRO NOVO	M²	1.450,00
3.2	SIN-045	EXECUÇÃO DE PINTURA DE SETAS E ZEBRADOS COM TERMOPLÁSTICO APLICADO POR EXTRUSÃO NA COR BRANCA - ESP. = 3,0 MM	SMOP	M²	1.600,00
3.3	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, E = 10 CM, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA	SINAPI	M	15.000,00
3.4	40815	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA (0,6 MM)	GOINFRA RODOV	M2	2.900,00
3.5	SIN-041	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TACHÃO REFLETIVO	SMOP	UD	1.000,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



		BIDIRECIONAL 26,00 X 18,00 X 5,00 CM			
3.6	SIN-040	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TACHÃO REFLETIVO MONODIRECIONAL 26,00 X 18,00 X 5,00 CM	SMOP	UD	600,00
3.7	102501	PINTURA EM QUEBRA MOLAS E LOMBADAS - TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	SINAPI	M2	3.300,00
3.8	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	SINAPI	M	82.000,00
3.9	17.06.31	PINTURA DE MEIO FIO, COM TINTA ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS	SUDECAP	M	31.000,00
3.10	70.20.010	ONDULAÇÃO TRANSVERSAL EM MASSA ASFÁLTICA - LOMBADA TIPO "A" - CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS SEM EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO	SP OBRAS	M2	460,00
3.11	42631	CONCRETO 25MPA	DEINFRA-SC	M3	520,00
3.12	65000068	LIMPEZA MANUAL INCLUSIVE VARRICAÇÃO	COPASA	M2	48.000,00
3.13	C171135-1	LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM VEGETAÇÃO RASTEIRA, INCLUINDO ROCAGEM - BASEADO EM 00003/ORSE.	CAGEPA	M2	20.000,00

**2.2.** Das especificações técnicas :

- 2.2.1. Os serviços compreendem a execução de **manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários para garantir a adequada sinalização das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA.
- 2.2.2. A sinalização horizontal deverá ser executada por meio de pintura viária com tinta acrílica ou material termoplástico apropriado para pavimentação asfáltica ou de concreto, incluindo, entre outros elementos:
- faixas de pedestres;
  - linhas de divisão de fluxo;
  - linhas de retenção;
  - marcações de vagas de estacionamento;
  - setas indicativas;
  - legendas e símbolos viários.
- 2.2.3. A sinalização vertical compreende o fornecimento, instalação, reposição e manutenção de placas de regulamentação, advertência e indicação, incluindo:
- placas refletivas;
  - suportes metálicos ou postes de fixação;
  - dispositivos de fixação e fundação;
  - substituição de placas danificadas ou furtadas.
- 2.2.4. Os materiais utilizados deverão atender às especificações técnicas e normas aplicáveis do **Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)** e do **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, garantindo durabilidade, visibilidade e segurança viária.
- 2.2.5. A execução dos serviços deverá observar critérios de qualidade, durabilidade, refletância e segurança, garantindo a adequada visibilidade da sinalização, inclusive em período





noturno ou sob condições climáticas adversas.

### **3. ÓRGÃO(S) GERENCIADOR E PARTICIPANTE(S)**

3.1. **Secretaria Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil**

### **4. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

4.1. Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:

4.1.1. apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;

4.1.2. demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e

4.1.3. consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do Prestador.

4.2. A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.

4.2.1. O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.

4.3. Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.

4.4. O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.

4.5. O órgão ou a entidade poderá aderir ao item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, para aqueles itens para os quais não tenha quantitativo registrado, observados os requisitos do **item 4.1**.

#### **Dos limites para as adesões**

4.6. As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a cinquenta por cento dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.

4.7. O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.

4.8. Para aquisição emergencial de medicamentos e material de consumo médico-hospitalar por órgãos e entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal, a adesão à ata de registro de preços gerenciada pelo Ministério da Saúde não estará sujeita ao limite **previsto no item 4.7**.

4.9. A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o **item 4.7**, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **Vedação a acréscimo de quantitativos**

4.10. É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

### **5. VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA**

5.1. O prazo de vigência e execução da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, prorrogável por igual período, nos termos dos arts. 82 e 84 da Lei nº 14.133/2021.

5.2. A contratação decorrente da Ata de Registro de Preços será efetivada mediante emissão de Nota de Empenho ou outro instrumento hábil, nos termos do art. 95, inciso II, da Lei nº



14.133/2021, dispensada a formalização de instrumento de contrato, em razão de a obrigação ser de entrega imediata e integral com pagamento no ato ou em data próxima

5.2.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.

5.2.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.

5.3. A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.3.1. O instrumento contratual de que trata o item 5.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.

5.4. Os termos de contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

5.5. Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:

5.5.1. Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;

5.5.2. Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:

5.5.2.1. Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e

5.5.2.2. Mantiverem sua proposta original.

5.5.3. Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.

5.6. O registro a que se refere o item 5.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.

5.7. Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.

5.8. A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 5.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:

5.8.1. Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e

5.8.2. Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 9.

5.9. O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.

5.10. Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.

5.10.1. O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.

5.11. Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 5.7, observando o item 5.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

5.12. Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 5.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização



nos termos do edital ou do aviso de contratação direta, poderá:

5.12.1. Convocar para negociação os demais licitantes remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou

5.12.2. Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.

5.13. A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada

## **6. ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS**

6.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

6.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

6.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

6.1.3. Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.

6.1.3.1. No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;

6.1.3.2. No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## **7. NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS**

7.1. Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.

7.1.1. Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.

7.1.2. Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes que tiveram seu registro cancelado.

7.1.3. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.

7.1.4. Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciar negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.

7.2.1. Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.

7.2.2. Na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do **item 9.1**, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na



legislação aplicável.

7.2.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no **item 5.7**.

7.2.4. Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 9.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.

7.2.5. Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no **item 7.2 e no item 7.2.1**, o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

7.2.6. O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.

## **8. REMANEJAMENTO DAS QUANTIDADES REGISTRADAS NA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

8.1. As quantidades previstas para os itens com preços registrados nas atas de registro de preços poderão ser remanejadas pelo órgão ou entidade gerenciadora entre os órgãos ou as entidades participantes e não participantes do registro de preços.

8.2. O remanejamento somente poderá ser feito:

8.2.1. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade participante; ou

8.2.2. De órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante.

8.3. O órgão ou entidade gerenciadora que tiver estimado as quantidades que pretende contratar será considerado participante para efeito do remanejamento.

8.4. Na hipótese de remanejamento de órgão ou entidade participante para órgão ou entidade não participante, serão observados os limites previstos nos **itens 4.7 e 4.8**.

8.5. Competirá ao órgão ou à entidade gerenciadora autorizar o remanejamento solicitado, com a redução do quantitativo inicialmente informado pelo órgão ou pela entidade participante, desde que haja prévia anuência do órgão ou da entidade que sofrer redução dos quantitativos informados.

8.6. Caso o remanejamento seja feito entre órgãos ou entidades de Municípios distintos, caberá ao fornecedor beneficiário da ata de registro de preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento decorrente do remanejamento dos itens.

8.7. Na hipótese da compra centralizada, não havendo indicação pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, dos quantitativos dos participantes da compra centralizada, nos termos do **item 8.3**, a distribuição das quantidades para a execução descentralizada será por meio do remanejamento.

## **9. CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS**

9.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:

9.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;

9.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;

9.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no item **7.2.2**.

9.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.

9.1.4.1. Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

9.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 9.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.





9.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.

9.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:

9.4.1. Por razão de interesse público;

9.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou

9.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do item.

## **10. DAS PENALIDADES**

10.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.

10.1.1. As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

10.2. É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

10.3. O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no **item 9.1** dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

## **11. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

11.1. Condições de execução

11.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

11.3. Início da execução do objeto: até **05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço**.

11.4. Os serviços serão executados conforme demanda da Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil, mediante planejamento e priorização das vias com maior fluxo de veículos e pedestres.

11.5. **Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:**

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical deverão ser executados conforme as seguintes etapas e procedimentos:

g) **Levantamento técnico e diagnóstico das vias**, identificando trechos com sinalização desgastada, danificada ou inexistente;

h) **Planejamento das intervenções**, com definição das áreas prioritárias, considerando fluxo de veículos, proximidade de escolas, unidades de saúde, cruzamentos e demais locais de maior risco viário;

i) **Execução da sinalização horizontal**, compreendendo limpeza da superfície, demarcação e aplicação de tinta acrílica ou outro material apropriado para sinalização viária, com utilização de microesferas de vidro para garantir retrorefletividade e visibilidade noturna;

j) **Instalação, substituição ou manutenção da sinalização vertical**, incluindo fixação de placas de regulamentação, advertência e indicação, bem como reposição de suportes e dispositivos de fixação quando necessário;

k) **Implantação de sinalização temporária de segurança**, durante a execução dos serviços, garantindo a segurança de trabalhadores, pedestres e condutores;

l) **Verificação e controle de qualidade dos serviços executados**, assegurando conformidade com as normas técnicas e padrões estabelecidos pelos órgãos de trânsito, especialmente pelo Conselho Nacional de Trânsito e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.





A execução dos serviços ocorrerá **de forma contínua e sob demanda da** Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil, mediante emissão de Ordem de Serviço, podendo incluir **manutenções preventivas periódicas e intervenções corretivas sempre que identificada a necessidade de recomposição da sinalização viária.**

11.6. Local e horário da prestação de serviço

Os serviços serão executados **nas vias públicas urbanas e demais logradouros sob responsabilidade do Município de Porto Seguro/BA**, conforme programação definida pela Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil.

A execução ocorrerá **preferencialmente em dias úteis, no período diurno**, podendo, quando necessário para minimizar impactos no tráfego urbano, ser realizada **em período noturno, finais de semana ou feriados**, mediante prévia autorização e programação da Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil.

11.7. **Materiais a serem disponibilizados**

11.8. **Para** a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar **todos os materiais, equipamentos, ferramentas, veículos e utensílios necessários**, em quantidades suficientes e em conformidade com as especificações técnicas exigidas, responsabilizando-se pela sua manutenção, reposição e substituição sempre que necessário.

11.9. Entre os materiais e equipamentos mínimos necessários à execução dos serviços, destacam-se:

**h) Tintas específicas para sinalização viária**, acrílicas ou termoplásticas, adequadas para aplicação em pavimentos asfálticos ou de concreto;

**i) Microesferas de vidro** ou materiais equivalentes destinados à retrorrefletividade da sinalização horizontal;

**j) Placas de sinalização vertical** de regulamentação, advertência e indicação, confeccionadas em chapas metálicas com película refletiva;

**k) Suportes metálicos, postes galvanizados, parafusos, abraçadeiras e demais dispositivos de fixação** necessários à instalação das placas;

**l) Equipamentos de pintura viária**, incluindo máquinas de pintura mecanizada, pistolas de aplicação, compressores ou equipamentos equivalentes;

**m) Equipamentos de sinalização temporária e segurança**, tais como cones, cavaletes, barreiras, fitas de isolamento e demais dispositivos destinados à organização do tráfego durante a execução dos serviços;

**n) Veículos e equipamentos auxiliares** necessários ao transporte de materiais, deslocamento das equipes e execução das atividades.

11.10. Todos os materiais utilizados deverão atender às especificações técnicas e padrões estabelecidos pelo **Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)** e pelo **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, garantindo qualidade, durabilidade e visibilidade adequada da sinalização.

11.11. **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

11.12. A demanda da Administração tem como base as seguintes características:

**d)** necessidade contínua **de manutenção e revitalização da sinalização viária existente**, em razão do desgaste natural causado pelo tráfego intenso de veículos e pelas condições climáticas;

necessidade de **implantação ou adequação da sinalização viária** em decorrência de alterações no sistema viário, criação de novas vias, reorganização do trânsito e intervenções urbanas;

**e)** necessidade de garantir **segurança viária, organização do fluxo de veículos e proteção de pedestres**, especialmente em áreas de grande circulação, zonas escolares, unidades de saúde e vias de maior fluxo.

## **12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS**

12.1. Os custos decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Município de Porto Seguro para o exercício financeiro de 2026, e dos exercícios financeiros subsequentes, conforme a vigência da Ata de



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



Registro de Preços, sob os seguintes elementos:

SECRETARIA	PROGRAMA	PROJETO	ELEMENTO	FONTE	VALOR
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA, MOBILIDADE, SEGURANÇA, CONCESSÕES E DEFESA CIVIL	MELHORIA DA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA	1136	33.90.39.00	1500000	XXXXX

### 13. PRAZO DE EXECUÇÃO E VIGÊNCIA DA ATA

13.1. O prazo de vigência da ATA será de 12 (doze) meses, podendo ser prorrogado por igual período, desde que comprovado o preço vantajoso, nos termos do art. 84, da Lei n. 14.133/2021.

13.2. No caso de prorrogação da vigência da Ata, o quantitativo inicialmente registrado poderá ser renovado, conforme entendimento extraído do Parecer n. 00453/2024/CGAQ/SCGP/CGU/AGU.

13.3. A ATA oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

### 14. DAS OBRIGAÇÕES ESPECÍFICAS DAS PARTES

#### 14.1. Das obrigações do Órgão ou da Entidade Gerenciadora

14.1.1. Compete ao órgão ou à entidade gerenciadora praticar todos os atos de controle e de administração do Registro de Preços (RP), em especial:

14.1.1.1 - realizar procedimento público de intenção de registro de preços - IRP e, quando for o caso, estabelecer o número máximo de participantes, em conformidade com sua capacidade de gerenciamento;

14.1.1.2 - aceitar ou recusar, justificadamente, no que diz respeito à IRP:

a) os quantitativos considerados ínfimos;

b) a inclusão de novos itens; e

c) os itens de mesma natureza com modificações em suas especificações;

14.1.1.3 - consolidar informações relativas à estimativa individual e ao total de consumo, promover a adequação dos termos de referência encaminhados para atender aos requisitos de padronização e racionalização, e determinar a estimativa total de quantidades da contratação;

14.1.1.4 - realizar pesquisa de mercado para identificar o valor estimado da licitação e, quando for o caso, consolidar os dados das pesquisas de mercado realizadas pelos órgãos e pelas entidades participantes, inclusive na hipótese de compra centralizada;

14.1.1.5 - confirmar, junto aos órgãos ou às entidades participantes, a sua concordância com o objeto, inclusive quanto aos quantitativos e ao termo de referência, caso o órgão ou a entidade gerenciadora entenda pertinente;

14.1.1.6 - promover os atos necessários à instrução processual para a realização do procedimento licitatório e todos os atos deles decorrentes, como a assinatura da ata e a sua disponibilização aos órgãos ou às entidades participantes;

14.1.1.7 - remanejar os quantitativos da ata, observado o disposto nesta seção;

14.1.1.8 - gerenciar a ata de registro de preços;

14.1.1.9 - conduzir as negociações para alteração ou atualização dos preços registrados;

14.1.1.10 - deliberar quanto à adesão posterior de órgãos e entidades que não tenham manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP;

14.1.1.11 - verificar se as manifestações de interesse em participar do registro de preços atendem ao disposto nesta seção e indeferir os pedidos que não o atendam;

14.1.1.12 - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes de infrações no procedimento licitatório ou na contratação direta;

14.1.1.13 - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações; e



14.1.1.14 - aceitar, excepcionalmente, a prorrogação do prazo previsto de 90 dias para o órgão ou a entidade não participante efetivar a aquisição ou a contratação solicitada

14.1.1.15. Os procedimentos de que tratam os itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4 serão efetivados anteriormente à elaboração do edital.

14.1.1.16. O órgão ou a entidade gerenciadora poderá solicitar auxílio técnico aos órgãos ou às entidades participantes para a execução das atividades de que tratam os itens 14.1.1.4 e 14.1.1.7.

14.1.1.17. O exame e a aprovação das minutas do edital, serão efetuados exclusivamente pela Assessoria Jurídica do órgão ou da entidade gerenciadora.

14.1.1.18. O órgão ou a entidade gerenciadora deliberará, excepcionalmente, quanto à inclusão, como participante, de órgão ou entidade que não tenha manifestado interesse durante o período de divulgação da IRP, desde que não tenha sido finalizada a consolidação de que trata o item 14.1.1.3.

14.2. Das obrigações dos Órgãos Participantes, que será responsável por manifestar seu interesse em participar do registro de preços:

14.2.1 - registrar no RP sua intenção de participar do registro de preços, acompanhada:

a) das especificações do item ou do termo de referência adequado ao registro de preços do qual pretende participar;

b) da estimativa de consumo; e

c) do local de entrega;

14.2.2 - garantir que os atos relativos à inclusão no registro de preços estejam formalizados e aprovados pela autoridade competente;

14.2.3 - solicitar, se necessário, a inclusão de novos itens, no prazo previsto pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, acompanhada das informações a que se refere o item 14.2.1 e da pesquisa de mercado que contemple a variação de custos locais e regionais;

14.2.4 - manifestar, junto ao órgão ou à entidade gerenciadora, por meio da IRP, sua concordância com o objeto, anteriormente à realização do procedimento licitatório;

14.2.5 - auxiliar tecnicamente, por solicitação do órgão ou da entidade gerenciadora, as atividades previstas nos itens 14.1.1.1 a 14.1.1.4;

14.2.6 - tomar conhecimento da ata de registro de preços, inclusive de eventuais alterações, para o correto cumprimento de suas disposições;

14.2.7 - assegurar-se, quando do uso da ata de registro de preços, de que a contratação a ser realizada atenda aos seus interesses, sobretudo quanto aos valores praticados;

14.2.8 - zelar pelos atos relativos ao cumprimento das obrigações assumidas pelo fornecedor e pela aplicação de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços ou de obrigações contratuais;

14.2.9 - aplicar, garantidos os princípios da ampla defesa e do contraditório, as penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado na ata de registro de preços, em relação à sua demanda registrada, ou do descumprimento das obrigações contratuais, em relação às suas próprias contratações, informar as ocorrências ao órgão ou à entidade gerenciadora; e

14.2.10 - prestar as informações solicitadas pelo órgão ou pela entidade gerenciadora quanto à contratação e à execução da demanda destinada ao seu órgão ou à sua entidade.

14.3. Das obrigações do fornecedor

14.3.1 Dar ciência, imediatamente e por escrito, do recebimento das Notas de Empenho ou outros instrumentos hábeis enviados pelos Órgãos Participantes. A contratada deverá discriminar as despesas com serviços de terceirização de mão de obra, a nota fiscal deverá estar acompanhada de uma planilha discriminando, de forma individualizada, o item, a descrição, os valores e respectivos percentuais dos insumos e da mão de obra, de conformidade com as cláusulas constantes no Contrato, cuja inobservância implicará na apropriação, pelo Tribunal de Contas, do total da despesa como sendo de pessoal, conforme art. 1º da Orientação Normativa - IN 02/2018, art. 4º, §3º, alínea "h" da Resolução nº 1.060/2005 do TCM/BA, Resolução nº 1.323/2013 TCM/BA, art. 13, inciso XI da Resolução TCM/BA nº 1379/2018 e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

14.3.2. Atender, no prazo máximo de 07 (sete) dias úteis, as convocações para retirada da(s) Nota(s) de Empenho ou de outro instrumento hábil.



- 14.3.3. Atender a todos os pedidos de fornecimento, não se admitindo procrastinação em função de pedido de revisão de preço ou substituição de marca.
- 14.3.4. Praticar, sempre, o(s) preço(s) e as marca(s) vigente(s) publicado(s) no sítio eletrônico oficial pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora.
- 14.3.5. Realizar o(s) fornecimento(s) no prazo, local e condições estabelecidos, cumprindo, fielmente, todas as disposições constantes no Edital e nesta ARP.
- 14.3.6. Garantir a boa qualidade do objeto contratado, respondendo por qualquer deterioração, readequando-o sempre que for o caso.
- 14.3.7. O prestador de serviços deverá garantir a qualidade do(s) produto(s) entregue(s) mesmo após o vencimento desta ARP.
- 14.3.8. Providenciar a imediata correção das irregularidades apontadas quanto à execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- 14.3.9. Entregar, o(s) laudo(s) de análise do(s) produto(s), quando necessário e exigido pela Administração, durante a execução do fornecimento, nos termos do edital e da legislação aplicável.
- 14.3.10. Manter, durante toda a vigência desta ARP, as mesmas condições de habilitação, especialmente as de regularidade fiscal e trabalhista exigidas na fase licitatória e/ou assinatura da ARP, inclusive as relativas ao INSS e ao FGTS, renovando as certidões sempre que vencidas e apresentando-as ao setor competente do Órgão ou Entidade Gerenciadora ou Órgão Participante, quando solicitadas.
- 14.3.11. Comunicar ao Órgão ou Entidade Gerenciadora toda e qualquer alteração de dados cadastrais para atualização.
- 14.3.12. Apresentar, sempre que solicitado pelo Órgão ou Entidade Gerenciadora, comprovação de cumprimento das obrigações tributárias e sociais, bem como outras legalmente exigidas.
- 14.3.13. Responsabilizar-se pelos salários, encargos sociais, previdenciários, securitários, tributários e quaisquer outros que incidam ou venham a incidir sobre seu pessoal necessário à execução do fornecimento.
- 14.3.14. Arcar com todas as despesas pertinentes ao fornecimento contratado, tais como tributos, fretes, embalagem e demais encargos.
- 14.3.15. Responder, integralmente, pelos danos causados ao Órgão ou Entidade Gerenciadora ou a terceiros, por sua culpa ou dolo, decorrentes da execução desta ARP, não reduzindo ou excluindo a responsabilidade o mero fato de a execução ser fiscalizada ou acompanhada por parte do Órgão ou Entidade Gerenciadora e Órgãos Participantes.
- 14.3.16. Não utilizar em seu quadro de funcionários menores de 18 (dezoito) anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre, nem menores de 16 (dezesesseis) anos em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz, a partir de 14 (quatorze) anos, nos termos do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

## **15. DA SUBCONTRATAÇÃO**

- 15.1. Será admitida a subcontratação parcial, desde que não parte essencial do serviço.

## **16. MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS**

- 16.1. A Ata de Registro de Preços deverá ser executada fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal n. 15.263/23 de 29 de dezembro de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial
- 16.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão da **prestação dos serviços decorrente da Ata de Registro de Preços**, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, e essas circunstâncias serão anotadas por simples apostila.
- 16.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a **detentora da Ata de Registro de Preços** devem ser realizadas por escrito sempre que a formalidade for exigida, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.





16.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato, relacionadas à Ata de Registro de Preços ou aos pedidos de prestação de serviços dela decorrentes.

16.5. Após a formalização do primeiro pedido de prestação de serviços ou instrumento equivalente decorrente da Ata de Registro de Preços, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa para uma reunião inicial. O objetivo é esclarecer as obrigações decorrentes da Ata e dos pedidos resultantes, os mecanismos de fiscalização, as estratégias para a execução do objeto, o plano complementar de execução da detentora da Ata (quando houver), o método de aferição dos resultados e as sanções aplicáveis, entre outros pontos.

16.6. A detentora da Ata de Registro de Preços designará formalmente o preposto da empresa, antes do início da prestação dos serviços, indicando no instrumento os poderes e deveres em relação à execução do objeto contratado.

16.7. O Órgão Gerenciador poderá recusar, desde que justificadamente, a indicação ou a manutenção do preposto da empresa, hipótese em que a detentora da Ata de Registro de Preços designará outro para o exercício da atividade.

16.8. A execução dos pedidos de prestação de serviços ou instrumentos equivalentes decorrentes desta Ata de Registro de Preços será acompanhada e fiscalizada pelo servidor indicado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, ou pelo respectivo substituto designado. É permitida a contratação de terceiros para auxiliá-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

16.9. O fiscal da prestação de serviços acompanhará a execução do objeto adquirido, garantindo que todas as condições estabelecidas no Termo de Referência, no Instrumento Convocatório e na Ata de Registro de Preços sejam cumpridas, visando assegurar os melhores resultados para a Administração.

16.10. O fiscal da prestação de serviços anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto adquirido, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.11. O fiscal da prestação de serviços registrará no histórico de gerenciamento do processo da Ata de Registro de Preços todas as ocorrências relacionadas à execução do objeto, detalhando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

16.12. Caso seja identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal da prestação de serviços emitirá notificações para a correção da execução do objeto, estabelecendo um prazo para a regularização.

16.13. O fiscal da prestação de serviços informará ao gestor da Ata de Registro de Preços e dos pedidos dela decorrentes, em tempo hábil, qualquer situação que demande decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que as ações necessárias e saneadoras sejam tomadas, se for o caso.

16.14. Em caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução da prestação de serviços nas datas aprazadas, o fiscal do fornecimento comunicará o fato imediatamente ao gestor da Ata de Registro de Preços e dos pedidos dela decorrentes.

16.15. O fiscal da prestação de serviços comunicará ao gestor da Ata de Registro de Preços e dos pedidos dela decorrentes, em tempo hábil, o término do período de vigência da Ata ou da prestação de serviços sob sua responsabilidade, visando a tempestiva renovação ou a prorrogação da Ata ou do respectivo pedido, conforme o caso.

16.16. O fiscal da prestação de serviços será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução dos pedidos de prestação de serviços ou instrumentos equivalentes decorrentes da Ata de Registro de Preços.

16.17. O fiscal da prestação de serviços verificará a manutenção das condições de habilitação da detentora da Ata de Registro de Preços, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamentos e termos aditivos referentes aos pedidos dela decorrentes, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.





16.18. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Detentora da Ata de Registro de Preços, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios. Sua ocorrência não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

16.19. O gestor da Ata de Registro de Preços e dos pedidos dela decorrentes, será designado pela Secretaria Municipal de Infraestrutura e Obras, com atribuições administrativas e a função de administrar o processo de registro de preços e os pedidos dele resultantes, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

16.20. O gestor da Ata de Registro de Preços coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização da Ata de Registro de Preços contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento da Ata de Registro de Preços, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações da Ata de Registro de Preços para fins de atendimento da finalidade da administração;

16.21. O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará os registros realizados pelos fiscais da Ata de Registro de Preços, de todas as ocorrências relacionadas à execução da Ata de Registro de Preços e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência;

16.22. O gestor da Ata de Registro de Preços acompanhará a manutenção das condições de habilitação da detentora da Ata de Registro de Preços, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;

16.23. O gestor da Ata de Registro de Preços emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pela detentora da Ata de Registro de Preços, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

16.24. O gestor da Ata de Registro de Preços tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso;

16.25. O gestor da Ata de Registro de Preços deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração;

16.26. O gestor da Ata de Registro de Preços deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato;

16.27. O detentor da Ata de Registro de Preços deverá indicar um responsável legal com os respectivos contatos (e-mail, celular e WhatsApp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução das prestações de serviços e pedidos decorrentes desta Ata de Registro de Preços.

#### **Detalhamento do Procedimento de Medição dos Serviços**

16.28. A aferição e medição dos serviços executados deverão ser realizadas com base em critérios objetivos, mensuráveis e verificáveis, observando-se rigorosamente a correspondência entre os serviços efetivamente executados e aqueles apresentados para fins de faturamento pela CONTRATADA.

16.29. Para fins de medição e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, relatório técnico de execução, devidamente padronizado e assinado pelo responsável técnico, contendo, no mínimo:

- I – descrição detalhada dos serviços executados, com identificação precisa dos locais atendidos;
- II – quantitativos executados por item contratual, em conformidade com a planilha orçamentária;
- III – registro fotográfico georreferenciado, contendo imagens anteriores, durante e posteriores à execução dos serviços;



IV – georreferenciamento dos pontos onde foram realizadas as intervenções, mediante coordenadas geográficas ou sistema equivalente;

V – data de execução dos serviços e identificação da equipe responsável.

16.30. Os relatórios apresentados pela detentora da ata constituirão documento essencial para fins de medição e deverão ser previamente analisados e validados pelo fiscal do contrato, que verificará a conformidade das informações com a execução in loco, podendo, para tanto, realizar diligências, inspeções, registros complementares ou solicitar esclarecimentos.

16.31. A aprovação da medição ficará condicionada à plena conformidade da documentação apresentada, sendo que a ausência, insuficiência ou inconsistência das informações exigidas poderá ensejar a glosa parcial ou total da medição, bem como a suspensão do pagamento até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

16.32. O procedimento de medição ora estabelecido tem por finalidade garantir a rastreabilidade, transparência, controle e fidedignidade dos serviços executados, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da administração pública previstos na Lei nº 14.133/2021.

## **17. DO RECEBIMENTO DO OBJETO**

### **17.1. Do recebimento**

17.1.1. Os **serviços serão recebidos provisoriamente**, no prazo de 30 (trinta) **dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

17.1.2. O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

17.1.3. O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

17.1.4. Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

17.1.5. O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

17.1.6. A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

17.1.7. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

17.1.8. Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

17.1.9. Os **serviços serão recebidos definitivamente** no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

17.1.9.1. Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;



- 17.1.9.2. Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;
- 17.1.9.3. Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e
- 17.1.9.4. Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;
- 17.1.10. Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.
- 17.1.11. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 17.1.12. Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.
- 17.1.13. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **18. DA LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO**

### **Liquidação**

- 18.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30(trinta) dias para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.
- 18.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 18.4. o prazo de validade;
- 18.5. a data da emissão;
- 18.6. os dados do Ata de registro de Preços e do Município;
- 18.7. o período respectivo de execução da Ata de registro de preços;
- 18.8. o valor a pagar; e
- 18.9. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 18.10. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 18.11. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 18.12. A Administração deverá realizar consulta para:
- a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital;
- b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.
- 18.13. Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 18.14. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para



que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

18.15. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

18.16. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.

#### **Prazo de pagamento**

18.17. O pagamento será efetuado no prazo de até 15 dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

18.18. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice *IPCA* de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

18.19. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

18.20. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento

18.21. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

18.22. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

18.23. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

#### **Observações**

18.24. Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

18.25. não produzir os resultados acordados,

18.26. deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

18.27. deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

18.28. A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

18.29. Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

18.30. Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

18.31. Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

### **19. DA GARANTIA DO CONTRATO E DOS SERVIÇOS**

19.1. Da garantia do contrato:

19.1.1. Não haverá exigência da garantia da contratação dos [artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021](#).

19.2. Da garantia dos serviços:

19.2.1. Os serviços executados deverão possuir garantia mínima quanto à qualidade, durabilidade e adequação técnica dos materiais aplicados e dos serviços realizados, observando-se as normas técnicas pertinentes, especialmente as disposições do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e demais normas aplicáveis.

19.2.2. Uma vez notificada pela Contratante acerca da existência de falhas, defeitos, inconformidades, desgaste prematuro ou execução inadequada dos serviços, a Contratada deverá promover, às suas expensas, a correção, reparação, refazimento ou substituição dos serviços e materiais considerados irregulares, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do



recebimento da notificação.

19.2.3. O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada da Contratada, desde que aceita pela Contratante.

19.2.4. Durante o período necessário à correção das inconformidades apontadas, a Contratada deverá adotar imediatamente medidas provisórias de segurança e sinalização, visando garantir a adequada orientação dos usuários das vias e a continuidade das condições mínimas de segurança viária.

19.2.5. Todos os custos relacionados à correção, substituição, remoção, transporte, reaplicação de materiais, mobilização de equipes, equipamentos e demais despesas necessárias ao saneamento das irregularidades correrão integralmente por conta da Contratada.

19.2.6. A garantia dos serviços executados possuirá vigência própria e independente da vigência contratual, permanecendo a Contratada responsável pela correção de vícios, defeitos ou falhas identificadas dentro do prazo de garantia, ainda que encerrado o contrato administrativo.

19.2.7. A Contratada deverá fornecer à Contratante, quando solicitado, relatório ou documento equivalente contendo a descrição dos serviços executados, materiais aplicados, locais de intervenção e respectivos prazos de garantia, de forma clara e objetiva.

19.2.8. A Contratada deverá disponibilizar canal de comunicação eficiente para recebimento de solicitações, notificações e chamados relacionados à garantia dos serviços executados, comprometendo-se a manter registro atualizado das ocorrências, contendo descrição da demanda, data da comunicação e providências adotadas.

## **20. CONDIÇÕES GERAIS**

20.1. As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo ao edital.

20.2. No caso de adjudicação por preço global de grupo de itens, só será admitida a contratação de parte de itens do grupo se houver prévia pesquisa de mercado e demonstração de sua vantagem para o órgão ou a entidade.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em .... (....) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes e encaminhada cópia aos demais órgãos participantes (se houver).

XXXXXXX - XX, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 20XX.

---

**DENISSON MATOS ROCHA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEG. CONCESSÕES, MOB. ORDEM PÚBLICA E DEFESA**  
**CIVIL**  
**REPRESENTANTE LEGAL DO ÓRGÃO GERENCIADOR**

---

**XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX**  
**REPRESENTANTE(S) LEGAL(IS) DO(S) FORNECEDOR(S) REGISTRADO(S)**





**ANEXO IV - MINUTA DE CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS**

Que entre si fazem o **MUNICÍPIO DE XXXXXXXXX** e a Empresa **XXXXXXXXXXXXX**

**CONTRATO Nº /20XX**

**MUNICÍPIO DE PORTO SEGURO**, Estado da Bahia, com sede a Rua Alfredo Dutra, nº 01, Bairro Centro, Porto Seguro- Bahia, CEP: 45.810-000 devidamente inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas - **CNPJ sob o nº 13.635.016/0001-12**, neste ato representado pelo **Secretario Municipal de Segurança, Concessões, Mobilidade, Ordem Pública e Defesa Civil Srº DENISSON MATOS ROCHA**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e o(a) **XXXXXXXXXXXXX**, inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº **XXXXXXXXXX**, sediado(a) na **XXXXXXXXXXXXX**, doravante designado **CONTRATADO**, neste ato representado(a) por **XXXXXXXXXXXXX** (nome e função no contratado), conforme atos constitutivos da empresa **OU** procuração apresentada nos autos, tendo em vista o que consta no Processo nº **XXXX** e em observância às disposições da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais legislação aplicável, resolvem celebrar o presente Termo de Contrato, decorrente do **Pregão Eletrônico nº 0XX/20XX** Edital nº **XX/20XX** e Processo Administrativo **00X/20XX**, Tipo **XXXXXXXXXX**, bem como mediante as cláusulas e condições a seguir ajustadas:

**1. CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO**

1.1 Este Contrato tem como objeto Contratação **de empresa especializada para a execução de serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA**, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

1.2 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto municipal n. 15.263/2023, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

**2. DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS**

2.1. O preço registrado, as especificações do objeto e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

2- ADMINISTRAÇÃO LOCAL					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANT.
1.1	54.40.01	LOCAÇÃO VEÍCULO TIPO PICAPE LEVE COM SEGURO	SUDECAP	MES	12,00
1.2	90776	ENCARREGADO GERAL COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	720,00
1.3	88242	AJUDANTE DE PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	3.300,00
1.4	88309	PEDREIRO COM ENCARGOS COMPLEMENTARES	SINAPI	H	1.700,00
1.5	COM-00108287	LOCAÇÃO CAMINHAO BAU	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	MES	12,00

3- SINALIZAÇÃO VERTICAL					
ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANT.
2.1	5213464	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA RETANGULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO INSTALAÇÃO,	SICRO NOVO	M2	260,00



**ESTADO DA BAHIA**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO**



		FORNECIMENTO, TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)			
2.2	COM-05024177	PLACA DE AÇO CARBONO COM PELÍCULA REFLETIVA GRAU TÉCNICO TIPO I DA ABNT - PLACA CIRCULAR (EXECUÇÃO, INCLUINDO INSTALAÇÃO, FORNECIMENTO, TRANSPORTE DE TODOS OS MATERIAIS, INCLUSIVE POSTE DE SUSTENTAÇÃO)	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	M2	260,00
2.3	M3229	PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI (SINAL IMPRESSO COM PELÍCULA DE SOBREPOSIÇÃO TIPO V)	SICRO NOVO	M²	345,00
2.4	C3896	LIMPEZA DE PLACA DE SINALIZAÇÃO	SEINFRA	M2	12.500,00
2.5	5213414	PLACA EM AÇO Nº 16 GALVANIZADO COM PELÍCULA RETRORREFLETIVA TIPO I + SI – CONFECÇÃO	SICRO NOVO	M²	200,00
2.6	S00799	POSTE EM TUBO DE AÇO GALVANIZADO, PESADO, D=2" (50MM), ALTURA ÚTIL=2,50M, ALTURA TOTAL=3,20M	ORSE	UN	240,00
2.7	COM-68030445	POSTE MADEIRA ROLIÇA (EUCALIPTO COM TRATAMENTO) (H = 3,0 M) - FORNECIMENTO E INSTALAÇÃO	COMPOSIÇÕES PRÓPRIAS	UN	250,00

**3- SINALIZAÇÃO HORIZONTAL**

ITEM	CÓDIGO	DESCRIÇÃO	FONTE	UNID	QUANT.
3.1	5213358	LAMINADO ELASTOPLÁSTICO PARA SINALIZAÇÃO HORIZONTAL - ESPESSURA DE 1,5 MM - FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO	SICRO NOVO	M²	1.450,00
3.2	SIN-045	EXECUÇÃO DE PINTURA DE SETAS E ZEBRADOS COM TERMOPLÁSTICO APLICADO POR EXTRUSÃO NA COR BRANCA - ESP. = 3,0 MM	SMOP	M²	1.600,00
3.3	102512	PINTURA DE EIXO VIÁRIO SOBRE ASFALTO COM TINTA RETRORREFLETIVA A BASE DE RESINA ACRÍLICA, E = 10 CM, APLICAÇÃO MECÂNICA COM DEMARCADORA AUTOPROPELIDA	SINAPI	M	15.000,00
3.4	40815	SINALIZAÇÃO HORIZONTAL COM RESINA ACRÍLICA (0,6 MM)	GOINFRA RODOV	M2	2.900,00
3.5	SIN-041	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TACHÃO REFLETIVO BIDIRECIONAL 26,00 X 18,00 X 5,00 CM	SMOP	UD	1.000,00
3.6	SIN-040	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO DE TACHÃO REFLETIVO MONODIRECIONAL 26,00 X 18,00 X 5,00 CM	SMOP	UD	600,00
3.7	102501	PINTURA EM QUEBRA MOLAS E LOMBADAS - TINTA ACRÍLICA, E = 30 CM, APLICAÇÃO MANUAL. AF_05/2021	SINAPI	M2	3.300,00
3.8	102498	PINTURA DE MEIO-FIO COM TINTA BRANCA A BASE DE CAL (CAIAÇÃO). AF_05/2021	SINAPI	M	82.000,00
3.9	17.06.31	PINTURA DE MEIO FIO, COM TINTA ACRÍLICA, DUAS DEMÃOS	SUDECAP	M	31.000,00
3.10	70.20.010	ONDULAÇÃO TRANSVERSAL EM MASSA ASFÁLTICA - LOMBADA TIPO "A" - CONSERVAÇÃO DE VIAS URBANAS SEM EXECUÇÃO DE RECAPEAMENTO	SP OBRAS	M2	460,00
3.11	42631	CONCRETO 25MPA	DEINFRA-SC	M3	520,00



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



3.12	65000068	LIMPEZA MANUAL INCLUSIVE VARRICAÇÃO	COPASA	M2	48.000,00
3.13	C171135-1	LIMPEZA MANUAL DE TERRENO COM VEGETAÇÃO RASTEIRA, INCLUINDO ROCAGEM - BASEADO EM 00003/ORSE.	CAGEPA	M2	20.000,00

2.2. Das especificações técnicas:

20.2.1. Os serviços compreendem a execução de **manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical**, incluindo fornecimento de materiais, mão de obra, equipamentos e insumos necessários para garantir a adequada sinalização das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA.

20.2.2. A sinalização horizontal deverá ser executada por meio de pintura viária com tinta acrílica ou material termoplástico apropriado para pavimentação asfáltica ou de concreto, incluindo, entre outros elementos:

- faixas de pedestres;
- linhas de divisão de fluxo;
- linhas de retenção;
- marcações de vagas de estacionamento;
- setas indicativas;
- legendas e símbolos viários.

20.2.3. A sinalização vertical compreende o fornecimento, instalação, reposição e manutenção de placas de regulamentação, advertência e indicação, incluindo:

- placas refletivas;
- suportes metálicos ou postes de fixação;
- dispositivos de fixação e fundação;
- substituição de placas danificadas ou furtadas.

20.2.4. Os materiais utilizados deverão atender às especificações técnicas e normas aplicáveis do **Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)** e do **Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, garantindo durabilidade, visibilidade e segurança viária.

20.2.5. A execução dos serviços deverá observar critérios de qualidade, durabilidade, refletância e segurança, garantindo a adequada visibilidade da sinalização, inclusive em período noturno ou sob condições climáticas adversas.

2.3. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

2.3.1. O Termo de Referência;

2.3.2. O Edital da Licitação;

2.3.3. A Proposta do contratado;

2.3.4. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

### 3. CLÁUSULA TERCEIRA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

3.1. O prazo de vigência contratual será de até 12 (doze) meses, contados da assinatura do contrato, podendo ser prorrogado sucessivamente, na forma dos arts. 106 e 107 da Lei nº 14.133/2021.

### 4. CLÁUSULA QUARTA – REGIME DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Condições de execução

4.2. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

4.3. Início da execução do objeto: até **05 (cinco) dias úteis após a emissão da Ordem de Serviço**.

4.4. Os serviços serão executados conforme demanda da Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil, mediante planejamento e priorização das vias com maior fluxo de veículos e pedestres.

**4.5. Descrição detalhada dos métodos, rotinas, etapas, tecnologias, procedimentos, frequência e periodicidade de execução do trabalho:**

Os serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical deverão ser executados conforme as seguintes etapas e procedimentos:



- m) **Levantamento técnico e diagnóstico das vias**, identificando trechos com sinalização desgastada, danificada ou inexistente;
- n) **Planejamento das intervenções**, com definição das áreas prioritárias, considerando fluxo de veículos, proximidade de escolas, unidades de saúde, cruzamentos e demais locais de maior risco viário;
- o) **Execução da sinalização horizontal**, compreendendo limpeza da superfície, demarcação e aplicação de tinta acrílica ou outro material apropriado para sinalização viária, com utilização de microesferas de vidro para garantir retrorrefletividade e visibilidade noturna;
- p) **Instalação, substituição ou manutenção da sinalização vertical**, incluindo fixação de placas de regulamentação, advertência e indicação, bem como reposição de suportes e dispositivos de fixação quando necessário;
- q) **Implantação de sinalização temporária de segurança**, durante a execução dos serviços, garantindo a segurança de trabalhadores, pedestres e condutores;
- r) **Verificação e controle de qualidade dos serviços executados**, assegurando conformidade com as normas técnicas e padrões estabelecidos pelos órgãos de trânsito, especialmente pelo Conselho Nacional de Trânsito e pelo Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes.

A execução dos serviços ocorrerá **de forma contínua e sob demanda da** Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil, mediante emissão de Ordem de Serviço, podendo incluir **manutenções preventivas periódicas e intervenções corretivas sempre que identificada a necessidade de recomposição da sinalização viária.**

#### 4.6. Local e horário da prestação de serviço

Os serviços serão executados **nas vias públicas urbanas e demais logradouros sob responsabilidade do Município de Porto Seguro/BA**, conforme programação definida pela Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil.

A execução ocorrerá **preferencialmente em dias úteis, no período diurno**, podendo, quando necessário para minimizar impactos no tráfego urbano, ser realizada **em período noturno, finais de semana ou feriados**, mediante prévia autorização e programação da Secretaria de Ordem Pública, Mobilidade, Segurança, Concessões e Defesa Civil.

#### 4.7. Materiais a serem disponibilizados

4.8. **Para** a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar **todos os materiais, equipamentos, ferramentas, veículos e utensílios necessários**, em quantidades suficientes e em conformidade com as especificações técnicas exigidas, responsabilizando-se pela sua manutenção, reposição e substituição sempre que necessário.

4.9. Entre os materiais e equipamentos mínimos necessários à execução dos serviços, destacam-se:

- o) **Tintas específicas para sinalização viária**, acrílicas ou termoplásticas, adequadas para aplicação em pavimentos asfálticos ou de concreto;
- p) **Microesferas de vidro** ou materiais equivalentes destinados à retrorrefletividade da sinalização horizontal;
- q) **Placas de sinalização vertical** de regulamentação, advertência e indicação, confeccionadas em chapas metálicas com película refletiva;
- r) **Suportes metálicos, postes galvanizados, parafusos, abraçadeiras e demais dispositivos de fixação** necessários à instalação das placas;
- s) **Equipamentos de pintura viária**, incluindo máquinas de pintura mecanizada, pistolas de aplicação, compressores ou equipamentos equivalentes;
- t) **Equipamentos de sinalização temporária e segurança**, tais como cones, cavaletes, barreiras, fitas de isolamento e demais dispositivos destinados à organização do tráfego durante a execução dos serviços;
- u) **Veículos e equipamentos auxiliares** necessários ao transporte de materiais, deslocamento das equipes e execução das atividades.

4.10. Todos os materiais utilizados deverão atender às especificações técnicas e padrões estabelecidos pelo **Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN)** e pelo **Departamento Nacional**



**de Infraestrutura de Transportes (DNIT)**, garantindo qualidade, durabilidade e visibilidade adequada da sinalização.

4.11. **Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

4.12. A demanda da Administração tem como base as seguintes características:

f) necessidade contínua **de manutenção e revitalização da sinalização viária existente**, em razão do desgaste natural causado pelo tráfego intenso de veículos e pelas condições climáticas;

necessidade de **implantação ou adequação da sinalização viária** em decorrência de alterações no sistema viário, criação de novas vias, reorganização do trânsito e intervenções urbanas;

g) necessidade de garantir **segurança viária, organização do fluxo de veículos e proteção de pedestres**, especialmente em áreas de grande circulação, zonas escolares, unidades de saúde e vias de maior fluxo.

## **5. CLÁUSULA QUINTA – MODELO DE GESTÃO CONTRATUAL**

5.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021 e Decreto Municipal nº 15.263/2023 e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

5.1.1. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

5.1.2. As comunicações entre o órgão ou entidade a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

5.1.3. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

5.1.4. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para esclarecimentos acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

5.1.5. A execução decorrente desta contratação, será acompanhada e fiscalizada pelo servidor Robson Mota Ribeiro, Assessor Especial, Matrícula 9447964, dessa Administração, ou pelo respectivo substituto designado, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição, nos termos do artigo 117 da Lei 14.133/2021.

5.1.6. O fiscal do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

5.1.7. O fiscal do contrato anotarà em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.1.8. O fiscal do contrato anotarà no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

5.1.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

5.1.10. O fiscal do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

5.1.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

5.1.12. O fiscal do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual.





5.1.13. O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

5.1.14. O fiscal do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

5.1.15. A fiscalização de que trata este item não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas ou vícios redibitórios, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes e prepostos.

5.1.16. O gestor do contrato, será o servidor Luciane Minetto da Costa, matrícula 9760131, com atribuições administrativas e a função de administrar o contrato, desde sua concepção até a finalização, especialmente:

5.1.17. Analisar a documentação que antecede o pagamento;

5.1.18. Analisar os pedidos de reequilíbrio econômico-financeiro do contrato;

5.1.19. Analisar eventuais alterações contratuais, após ouvido o fiscal do contrato;

5.1.20. Analisar os documentos referentes ao recebimento do objeto contratado;

5.1.21. Acompanhar o desenvolvimento da execução através de relatórios e demais documentos relativos ao objeto contratado;

5.1.22. Decidir provisoriamente a suspensão da entrega de bens;

5.1.23. O contratado deverá indiciar um responsável legal com respectivos contatos (e-mail, celular e Whatsapp), com poderes para representá-lo perante essa Municipalidade na execução do contrato decorrente da contratação objeto deste termo de referência.

5.1.24. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração durante a prestação do serviço para representá-lo na execução do contrato.

## **5.2. Detalhamento do Procedimento de Medição dos Serviços**

5.2.1. A aferição e medição dos serviços executados deverão ser realizadas com base em critérios objetivos, mensuráveis e verificáveis, observando-se rigorosamente a correspondência entre os serviços efetivamente executados e aqueles apresentados para fins de faturamento pela CONTRATADA.

5.2.2. Para fins de medição e pagamento, a CONTRATADA deverá apresentar, obrigatoriamente, relatório técnico de execução, devidamente padronizado e assinado pelo responsável técnico, contendo, no mínimo:

I – descrição detalhada dos serviços executados, com identificação precisa dos locais atendidos;

II – quantitativos executados por item contratual, em conformidade com a planilha orçamentária;

III – registro fotográfico georreferenciado, contendo imagens anteriores, durante e posteriores à execução dos serviços;

IV – georreferenciamento dos pontos onde foram realizadas as intervenções, mediante coordenadas geográficas ou sistema equivalente;

V – data de execução dos serviços e identificação da equipe responsável.

5.2.3. Os relatórios apresentados pela CONTRATADA constituirão documento essencial para fins de medição e deverão ser previamente analisados e validados pelo fiscal do contrato, que verificará a conformidade das informações com a execução in loco, podendo, para tanto, realizar diligências, inspeções, registros complementares ou solicitar esclarecimentos.

5.2.4. A aprovação da medição ficará condicionada à plena conformidade da documentação apresentada, sendo que a ausência, insuficiência ou inconsistência das informações exigidas poderá ensejar a glosa parcial ou total da medição, bem como a suspensão do pagamento até a devida regularização, sem prejuízo da aplicação das sanções administrativas cabíveis.

5.2.5. O procedimento de medição ora estabelecido tem por finalidade garantir a rastreabilidade, transparência, controle e fidedignidade dos serviços executados, assegurando a adequada aplicação dos recursos públicos, em conformidade com os princípios da administração pública previstos na Lei nº 14.133/2021.



## 6. CLÁUSULA SEXTA – SUBCONTRATAÇÃO

6.1. Será admitida a subcontratação parcial, desde que não parte essencial do serviço

## 7. CLÁUSULA SETIMA - PREÇO

7.1. O valor total da contratação é de R\$..... (.....)

7.2. No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

## 8. CLÁUSULA OITAVA– CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

### 8.1. Do recebimento

**8.1.1.** Os **serviços serão recebidos provisoriamente**, no prazo de 30 (trinta) **dias**, pelos fiscais técnico e administrativo, mediante termos detalhados, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**8.1.2.** O prazo da disposição acima será contado do recebimento de comunicação de cobrança oriunda do contratado com a comprovação da prestação dos serviços a que se referem a parcela a ser paga.

**8.1.3.** O fiscal do contrato realizará o recebimento provisório do objeto do contrato mediante termo detalhado que comprove o cumprimento das exigências de caráter técnico e administrativo.

**8.1.4.** Para efeito de recebimento provisório, ao final de cada período de faturamento, o fiscal do contrato irá apurar o resultado das avaliações da execução do objeto e, se for o caso, a análise do desempenho e qualidade da prestação dos serviços realizados em consonância com os indicadores previstos, que poderá resultar no redimensionamento de valores a serem pagos à contratada, registrando em relatório a ser encaminhado ao gestor do contrato.

**8.1.5.** O Contratado fica obrigado a reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no todo ou em parte, o objeto em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou materiais empregados, cabendo à fiscalização não atestar a última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório.

**8.1.6.** A fiscalização não efetuará o ateste da última e/ou única medição de serviços até que sejam sanadas todas as eventuais pendências que possam vir a ser apontadas no Recebimento Provisório. (Art. 119 c/c art. 140 da Lei nº 14133, de 2021)

**8.1.7.** Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

**8.1.8.** Quando a fiscalização for exercida por um único servidor, o Termo Detalhado deverá conter o registro, a análise e a conclusão acerca das ocorrências na execução do contrato, em relação à fiscalização técnica e administrativa e demais documentos que julgar necessários, devendo encaminhá-los ao gestor do contrato para recebimento definitivo.

**8.1.9.** Os **serviços serão recebidos definitivamente** no prazo de 30 (trinta) dias contados do recebimento provisório, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, após a verificação da qualidade e quantidade do serviço e consequente aceitação mediante termo detalhado, obedecendo os seguintes procedimentos:

**8.1.9.1.** Emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelo fiscal, no cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado em indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações;

**8.1.9.2.** Realizar a análise dos relatórios e de toda a documentação apresentada pela fiscalização e, caso haja irregularidades que impeçam a liquidação e o pagamento da despesa, indicar as cláusulas contratuais pertinentes, solicitando à CONTRATADA, por escrito, as respectivas correções;

**8.1.9.3.** Emitir Termo Circunstanciado para efeito de recebimento definitivo dos serviços prestados, com base nos relatórios e documentações apresentadas; e



**8.1.9.4.** Comunicar a empresa para que emita a Nota Fiscal ou Fatura, com o valor exato dimensionado pela fiscalização;

**8.1.10.** Enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão.

**8.1.11.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

**8.1.12.** Nenhum prazo de recebimento ocorrerá enquanto pendente a solução, pelo contratado, de inconsistências verificadas na execução do objeto ou no instrumento de cobrança.

**8.1.13.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

## **8.2. Liquidação**

**8.2.1.** Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de 30 (trinta) dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período.

**8.2.2.** O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.3.** Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

**8.2.4.** o prazo de validade;

**8.2.5.** a data da emissão;

**8.2.6.** os dados do contrato e do órgão contratante;

**8.2.7.** o período respectivo de execução do contrato;

**8.2.8.** o valor a pagar; e

**8.2.9.** eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

**8.2.10.** Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

**8.2.11.** A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

**8.2.12.** A Administração deverá realizar consulta para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

**8.2.13.** Constatando-se a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

**8.2.14.** Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

**8.2.15.** Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

**8.2.16.** Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação.



### **Prazo de pagamento**

**11.22** O pagamento será efetuado no prazo de até 15 (quinze) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior.

**11.23** No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

**11.24** O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

**11.24.1** Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

**11.24.2** Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

**11.24.2.1** Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

**11.25** O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### **Observações**

**11.26** Será indicada a retenção ou glosa no pagamento, proporcional à irregularidade verificada, sem prejuízo das sanções cabíveis, caso se constate que a Contratada:

**11.26.1** não produzir os resultados acordados,

**11.26.2** deixar de executar, ou não executar com a qualidade mínima exigida as atividades contratadas; ou

**11.26.3** deixar de utilizar materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizá-los com qualidade ou quantidade inferior à demandada.

**11.27** A aferição da execução contratual para fins de pagamento considerará os seguintes critérios:

**11.27.1** Unidade de medida para faturamento e mensuração do resultado;

**11.27.2** Produtividade de referência ou critérios de qualidade para a execução contratual;

**11.27.3** Indicadores mínimos de desempenho para aceitação do serviço ou eventual glosa.

## **9. CLÁUSULA NONA - DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**9.1.** Os custos decorrentes da presente contratação correrão à conta das dotações orçamentárias consignadas no Orçamento Geral do Município de Porto Seguro para o exercício financeiro de 2026, e dos exercícios financeiros subsequentes, conforme a vigência da Ata de Registro de Preços, sob os seguintes elementos:

SECRETARIA	PROGRAMA	PROJETO	ELEMENTO	FONTE
SECRETARIA DE ORDEM PÚBLICA, MOBILIDADE, SEGURANÇA, CONCESSÕES E DEFESA CIVIL	MELHORIA DA MOBILIDADE E ACESSIBILIDADE URBANA	1136	33.90.39.00	1500000

## **10. CLÁUSULA DÉCIMA- DO REAJUSTE DE PREÇO**

**10.1.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irrevogáveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_.

**10.2.** Após o interregno de um ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante a aplicação, pelo contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

**10.3.** Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.





**10.4.** No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o contratante pagará ao contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

**10.5.** Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

**10.6.** Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

**10.7.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

**10.8.** O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE E CONTRATADA**

**11.1.** A CONTRATADA obriga-se a:

**11.1.1.** A contratada deverá discriminar as despesas com serviços de terceirização de mão de obra, a nota fiscal deverá estar acompanhada de uma planilha discriminando, de forma individualizada, o item, a descrição, os valores e respectivos percentuais dos insumos e da mão de obra, de conformidade com as cláusulas constantes no Contrato, cuja inobservância implicará na apropriação, pelo Tribunal de Contas, do total da despesa como sendo de pessoal, conforme art. 1º da Orientação Normativa - IN 02/2018, art. 4º, §3º, alínea "h" da Resolução nº 1.060/2005 do TCM/BA, Resolução nº 1.323/2013 TCM/BA, art. 13, inciso XI da Resolução TCM/BA nº 1379/2018 e a Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF.

**11.1.2.** Constituem obrigações da CONTRATADA, sem prejuízo de outras previstas neste Contrato e na legislação aplicável, especialmente na Lei nº 14.133/2021:

**11.1.3.** Executar os serviços de manutenção preventiva e corretiva da sinalização viária horizontal e vertical das vias públicas do Município de Porto Seguro/BA em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência, em sua proposta e nas normas técnicas aplicáveis, utilizando todos os recursos necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais;

**11.1.4.** Realizar a implantação, manutenção, recuperação e substituição da sinalização horizontal (pintura de faixas, demarcações viárias, símbolos e legendas) e vertical (placas, suportes e dispositivos auxiliares), garantindo visibilidade, durabilidade, legibilidade e conformidade com as normas do Conselho Nacional de Trânsito;

**11.1.5.** Empregar materiais, insumos e técnicas adequadas (tintas, termoplásticos, películas refletivas e demais componentes), assegurando qualidade, aderência, retrorefletividade e resistência ao desgaste;

**11.1.6.** Sinalizar, isolar e organizar adequadamente as áreas de intervenção durante a execução dos serviços, garantindo a segurança de pedestres, condutores e trabalhadores;

**11.1.7.** Atender às ordens de serviço emitidas pela CONTRATANTE, inclusive em situações emergenciais, dentro dos prazos estabelecidos;

**11.1.8.** Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, os serviços executados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados, a critério da Administração;

**11.1.9.** Arcar com a responsabilidade civil por todos e quaisquer danos materiais e morais causados, por ação ou omissão de seus empregados, prepostos ou representantes, dolosa ou culposamente, à Administração ou a terceiros;

**11.1.10.** Utilizar empregados devidamente habilitados, capacitados e treinados para a execução dos serviços, observando as normas técnicas, de segurança do trabalho e de trânsito vigentes;

**11.1.11.** Apresentar à CONTRATANTE, quando solicitado, a relação nominal dos empregados envolvidos na execução dos serviços, devidamente identificados por crachá ou outro documento equivalente;

**11.1.12.** Responsabilizar-se integralmente por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e demais encargos previstos na legislação específica;





- 11.1.13.** Instruir seus empregados quanto à obrigatoriedade de cumprir as orientações da Administração, inclusive normas internas e de segurança;
- 11.1.14.** Relatar imediatamente à CONTRATANTE toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução dos serviços que possa comprometer a segurança viária ou a adequada prestação do objeto;
- 11.1.15.** Não permitir a utilização de trabalho de menor de dezesseis anos, salvo na condição de aprendiz, a partir de quatorze anos, nem permitir trabalho de menor de dezoito anos em atividades noturnas, perigosas ou insalubres;
- 11.1.16.** Manter, durante toda a vigência contratual, as condições de habilitação e qualificação exigidas na contratação;
- 11.1.17.** Não transferir a terceiros, total ou parcialmente, as obrigações assumidas, nem subcontratar os serviços, salvo mediante prévia e expressa autorização da Administração, nos termos da legislação vigente;
- 11.1.18.** Permitir e facilitar a fiscalização da execução contratual, prestando todas as informações e esclarecimentos solicitados pela CONTRATANTE;
- 11.1.19.** Elaborar e apresentar relatórios periódicos das atividades executadas, contendo, no mínimo, locais atendidos, tipos de serviços realizados, quantitativos e materiais empregados;
- 11.1.20.** Cumprir integralmente as normas ambientais e de destinação adequada de resíduos decorrentes das atividades executadas.
- 11.1.21.** Os serviços deverão ser executados pela CONTRATADA em estrita observância às condições, especificações, metodologias e prazos estabelecidos no Termo de Referência.
- 11.1.22.** As características técnicas e operacionais constantes da proposta apresentada pela CONTRATADA vinculam a execução do objeto contratual, obrigando sua fiel observância.
- 11.2. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE.**
- 11.2.1.** A CONTRATANTE obriga-se a:
- 11.2.2.** Proporcionar todas as condições para que a CONTRATADA possa desempenhar seus serviços de acordo com as determinações do Contrato e do Termo de Referência;
- 11.2.3.** Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela CONTRATADA, de acordo com as cláusulas contratuais e os termos de sua proposta;
- 11.2.4.** Exercer o acompanhamento e a fiscalização dos serviços, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;
- 11.2.5.** Notificar a CONTRATADA por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;
- 11.2.6.** Pagar à CONTRATADA o valor resultante da prestação do serviço, na forma do contrato;
- 12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

- 12.1.** Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:
- der causa à inexecução parcial do contrato;
  - der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
  - der causa à inexecução total do contrato;
  - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
  - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
  - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
  - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
  - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

**12.2.** Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- Advertência**, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que



não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);

ii. **Impedimento de licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima deste Contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

iii. **Declaração de inidoneidade para licitar e contratar**, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima deste Contrato, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021).

iv. **Multa:**

1. moratória de .....% (..... por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de ..... (.....) dias;
2. compensatória de .....% (..... por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

**12.3.** A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.4.** Todas as sanções previstas neste Contrato poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.5.** Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021)

**12.6.** Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.7.** Previamente ao encaminhamento à cobrança judicial, a multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de XX (XXXX) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

**12.8.** A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

**12.9.** Na aplicação das sanções serão considerados (art. 156, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021):

- a) a natureza e a gravidade da infração cometida;
- b) as peculiaridades do caso concreto;
- c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
- d) os danos que dela provierem para o Contratante;
- e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

**12.10.** Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei (art. 159).

**12.11.** A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia (art. 160, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.12.** O Contratante deverá, no prazo máximo 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela



aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal. (Art. 16 1, da Lei nº 14.133, de 2021).

**12.13.** As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

**12.14.** Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante.

### **13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**13.1.** Será exigida a garantia da contratação de que tratam os arts. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de .5% do valor contratual, conforme regras previstas no contrato.

**13.2.** A garantia nas modalidades caução e fiança bancária deverá ser prestada em até 10(dez) dias após a assinatura do contrato.

**13.3.** No caso de seguro-garantia sua apresentação deverá ocorrer, no máximo, até a data de assinatura do contrato.

**13.4.** O contrato oferecerá maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à garantia da contratação.

### **14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL**

**14.1.** Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.

**14.2.** O contrato pode ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

**14.3.** Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

**14.4.** A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a rescisão se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.

**14.4.1.** Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

**14.5.** O termo de rescisão, sempre que possível, será precedido:

**14.5.1.** Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

**14.5.2.** Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

**14.5.3.** Indenizações e multas.

**14.6.** A extinção do contrato não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório (art. 131, caput, da Lei nº 14.133, de 2021).

### **15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA –DOS CASOS OMISSOS**

**15.1.** Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Decreto Municipal nº XXXX e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

### **16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA GARANTIA DOS SERVIÇOS E DO CONTRATO**

**16.1.** Os serviços executados deverão possuir garantia mínima quanto à qualidade, durabilidade e adequação técnica dos materiais aplicados e dos serviços realizados, observando-se as normas técnicas pertinentes, especialmente as disposições do Conselho Nacional de Trânsito – CONTRAN, do Manual Brasileiro de Sinalização de Trânsito e demais normas aplicáveis.

**16.2.** Uma vez notificada pela Contratante acerca da existência de falhas, defeitos, inconformidades, desgaste prematuro ou execução inadequada dos serviços, a Contratada deverá promover, às suas expensas, a correção, reparação, refazimento ou substituição dos serviços e materiais considerados irregulares, no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados do recebimento da notificação.



**16.3.** O prazo indicado no subitem anterior poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação formal e devidamente justificada da Contratada, desde que aceita pela Contratante.

**16.4.** Durante o período necessário à correção das inconformidades apontadas, a Contratada deverá adotar imediatamente medidas provisórias de segurança e sinalização, visando garantir a adequada orientação dos usuários das vias e a continuidade das condições mínimas de segurança viária.

**16.5.** Todos os custos relacionados à correção, substituição, remoção, transporte, reaplicação de materiais, mobilização de equipes, equipamentos e demais despesas necessárias ao saneamento das irregularidades correrão integralmente por conta da Contratada.

**16.6.** A garantia dos serviços executados possuirá vigência própria e independente da vigência contratual, permanecendo a Contratada responsável pela correção de vícios, defeitos ou falhas identificadas dentro do prazo de garantia, ainda que encerrado o contrato administrativo.

**16.7.** A Contratada deverá fornecer à Contratante, quando solicitado, relatório ou documento equivalente contendo a descrição dos serviços executados, materiais aplicados, locais de intervenção e respectivos prazos de garantia, de forma clara e objetiva.

**16.8.** A Contratada deverá disponibilizar canal de comunicação eficiente para recebimento de solicitações, notificações e chamados relacionados à garantia dos serviços executados, comprometendo-se a manter registro atualizado das ocorrências, contendo descrição da demanda, data da comunicação e providências adotadas.

**16.9.** Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – ALTERAÇÕES**

**17.1.** Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

**17.2.** O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.

**17.3.** Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – PUBLICAÇÃO**

**18.1.** Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011.

#### **19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA – FORO**

**19.1** Fica eleito o Foro da Comarca de XXXXX, para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.

**19.2** Para firmeza e validade do pactuado, o presente Termo de Contrato foi lavrado em duas (duas) vias de igual teor, que, depois de lido e achado em ordem, vai assinado pelos contraentes.

XXXXXXX - XX, \_\_\_\_ DE \_\_\_\_\_ DE 20XX.

\_\_\_\_\_  
**DENISSON MATOS ROCHA**  
**SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SEG. CONCESSÕES, MOB. ORDEM PÚBLICA E DEFESA CIVIL**  
**CONTRATANTE**

\_\_\_\_\_  
**EMPRESA**



ESTADO DA BAHIA  
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO SEGURO



REPRESENTANTE - XXXXXXXXXXXXXXXXXXXX  
CONTRATADA

**ANEXO V – MODELO DE DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO DOS REQUISITOS DE  
HABILITAÇÃO**

PROCESSO LICITATÓRIO Nº **XXX/20XX**  
MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP  
TIPO – **MENOR PREÇO XXXXXXXXX/MAIOR DESCONTO**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_(CNPJ Nº), sediada  
no (a) \_\_\_\_\_  
(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas da lei, que cumpre, plenamente, os requisitos  
exigidos no procedimento licitatório referenciado.

Igualmente, declaramos sob as penas da lei, que nossos diretores, responsáveis legais e técnicos,  
membros de conselho técnico, consultivo, deliberativo ou administrativo ou sócio, não são  
empregados ou ocupantes de cargo comissionado na Administração Pública, bem como nossa  
Empresa não está incursa em nenhum dos impedimentos elencados no Edital da licitação  
referenciada.

Finalizando, declaramos que temos pleno conhecimento de todos os aspectos relativos à licitação  
em causa e nossa plena concordância com as condições estabelecidas no Edital da licitação e  
seus anexos.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, assinatura do responsável legal da empresa).





**ANEXO VI – MODELO DE DECLARAÇÃO DE EXISTÊNCIA DE CARGOS RESERVADOS  
PREVISTO EM LEI**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX**  
**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP**  
**TIPO – MENOR PREÇO XXXXXXXXX/MAIOR DESCONTO**

\_\_\_\_\_(RAZÃO SOCIAL DA LICITANTE), \_\_\_\_\_(CNPJ Nº),  
sediada no (a) \_\_\_\_\_(ENDEREÇO COMPLETO), declara, sob as penas  
da lei, que a empresa possui a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência ou  
para reabilitado da Previdência Social e que atende às regras de acessibilidade previstas na  
legislação, conforme disposto no art. 93 da Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 202X.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).



**ANEXO VII – MODELO DE DECLARAÇÃO DE MICROEMPRESA E EMPRESA DE PEQUENO PORTE, OU COOPERATIVA ENQUADRADA NO ARTIGO 34 DA LEI Nº 11.488, DE 2007.**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX**  
**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP**  
**TIPO – MENOR PREÇO XXXXXXXXX/MAIOR DESCONTO**

DECLARO, sob as penas da Lei, em atendimento ao Edital do **Pregão Eletrônico SRP nº XXX/20XX**, promovido pela PREFEITURA DE MUNICIPAL DE XXXXXXXX, marcado para às **XX:00** horas do dia **XX/XX/20XX**, que a empresa (nome completo) – CNPJ n.º \_\_\_\_\_, com sede (ou domicílio) no (endereço completo), por mim representada, atende os requisitos previstos na Lei Complementar nº 123, de 14/12/2006, em especial quanto ao seu art. 3º.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

\_\_\_\_\_  
(nome, carimbo e assinatura do representante legal da empresa).



**ANEXO VIII – MODELO DE CLARAÇÃO DA LICITANTE DE CUMPRIMENTO AO ARTIGO 7º,  
INCISO XXXIII, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL (ART. 68, INCISO VI, DA LEI 14.133/2021).**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX**  
**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP**  
**TIPO – MENOR PREÇO XXXXXXXXX/MAIOR DESCONTO**

A signatária \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara para os devidos fins do disposto no art. 68, inciso VI, da Lei nº 14.133/2021, que não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de dezesseis anos.

Ressalva: emprega menor, a partir de quatorze anos, na condição de aprendiz

**Sim( )**

**Não ( )**

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

**(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).**



**ANEXO IX – MODELO DE DECLARAÇÃO DA LICITANTE DE QUE A PROPOSTA  
ECONÔMICA COMPREENDE A INTEGRALIDADE DOS CUSTOS (art. 63, §1º, da Lei nº  
14.133/2021).**

**PROCESSO LICITATÓRIO Nº XXX/20XX**  
**MODALIDADE – PREGÃO ELETRÔNICO SRP**  
**TIPO – MENOR PREÇO XXXXXXXXX/MAIOR DESCONTO**

A empresa \_\_\_\_\_, inscrita no CNPJ nº \_\_\_\_\_, por intermédio de seu responsável legal \_\_\_\_\_, portador da Carteira de Identidade nº \_\_\_\_\_ e CPF nº \_\_\_\_\_, declara par aos devidos fins do disposto no art. 63, §1º, da Lei nº 14.133/2021, que sua proposta econômica compreende a integralidade dos custos para atendimento dos direitos trabalhistas assegurados na Constituição Federal, nas leis trabalhistas, nas normas infralegais, nas convenções coletivas de trabalho e nos termos de ajustamento de conduta vigentes na data de entrega das propostas.

Cidade, \_\_\_\_ de \_\_\_\_\_ de 20XX.

**(nome, carimbo, e assinatura do responsável legal da empresa).**